

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência compreende a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuado de seguros, conforme discriminado no item 1.1.1 para cobertura dos riscos de transportes aos quais estão sujeitos os materiais e equipamentos enviados pela Força Aérea ao exterior por meio de transportes aéreo e marítimo..

1.1.1 – SEGURO DE TRANSPORTES INTERNACIONAIS (EXPORTAÇÃO)

Para cobertura dos bens, equipamentos e demais mercadorias e materiais de uso da Força Aérea Brasileira a serem:

- a) transportados para o exterior, pelo CTLA, nas modalidades: aéreo ou marítimo; e
- b) movimentados do solo para veículos transportadores ou embarcações, e vice-versa.

1.1.2 – As condições gerais do seguro de transportes e as condições especiais e adicionais para seguros de transportes marítimo e aéreos são as estabelecidas nos Apêndices I, II e III a este Termo de Referência, respectivamente.

1.1.3 – As viagens correspondentes aos transportes de que trata este Termo de Referência são os definidos nos espelhos das apólices de Seguro de Transporte Internacional/ Exportação, constante dos Apêndices IV a este Termo de Referência.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	DEMANDA MÉDIA ANUAL (US\$)	TAXA ÚNICA	TOTAL
01	906	SEGURO DE CARGA COMUM EM TRANSPORTE INTERNACIONAL (EXPORTAÇÃO)	US\$ 20.066.770,67	0,30	R\$ 295.583,53
LIMITE MÁXIMO A PAGAR					

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	DEMANDA MÉDIA ANUAL (US\$)	TAXA ÚNICA	TOTAL
02	906	SEGURO DE CARGA PERIGOSA EM TRANSPORTE INTERNACIONAL (EXPORTAÇÃO)	US\$ 4.358.447,21	0,56	R\$ 119.839,86
LIMITE MÁXIMO A PAGAR					

*

Para o "Total" Foi utilizada cotação de taxa cambial no valor de 4,91 conforme sítio do Banco Central no dia 29 de abril de 2022.

Total estimado para o contrato: R\$ 415.423,40 (quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos).

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de Seguro de Carga em transporte internacional (exportação).
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.6. A demanda foi estimada com base em dados históricos para um período de 12 meses a contar da assinatura do termo de contrato.
- 1.7. O limite máximo contratual estimado a ser pago durante a vigência contratual de doze meses é de R\$ 415.423,40 (quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos).
- 1.8. Os materiais envolvidos nos serviços, objeto deste Termo de Referência, e de acordo com os itens acima, estão divididos nas seguintes categorias:

1.8.1. item 1:

Materiais comuns, sendo em sua maioria:

- a) Suprimento de aviação;
- b) Componentes de aeronaves;
- c) Equipamentos de apoio solo; e

1.8.2. item 2:

- a) Materiais perigosos (explosivos, tóxicos, inflamáveis, etc.), conforme designação constante da Seção IV do Manual da IATA (INTERNATIONAL ASSOCIATION TRANSPORT AIR).
- 1.9. Cabe salientar que aproximadamente 98% dos materiais exportados, baseados na demanda média anual, são componentes de aeronaves a serem reparados no exterior.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.1.3. As Apólices para o transporte internacional (exportação), deverão abranger todas as localidades no exterior;

5.1.4. Com base na natureza das cargas transportadas pelo CTLA, a CONTRATADA deverá possuir um Limite de Retenção de no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), devidamente homologado pela SUSEP;

5.1.5. Os prêmios dos seguros serão pagos pelo CTLA dentro dos prazos estabelecidos na cláusula – Pagamento de Prêmio (nº 2.1 do item XI do Apêndice I), das condições gerais da apólice;

5.1.6. Os sinistros que porventura ocorrerem deverão ser liquidados pela CONTRATADA em um prazo de até 30 dias consecutivos, a partir da apresentação da totalidade dos documentos pertinentes ao evento, e de conformidade com o item “Pagamento de Sinistros” das respectivas apólices.

5.1.7. Cada averbação será efetuada anteriormente ao embarque da carga, mediante comunicação à seguradora em formulário próprio, conforme modelo do Apêndice V, a este Termo de Referência, por meio eletrônico ou físico.

5.1.8. O regime de execução de serviços será por empreitada por preço unitário, cujo pagamento corresponderá à medição dos serviços efetivamente executados.

5.1.9. A contratada deverá obedecer às normas técnicas de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizar seu uso, em especial, pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE.

5.1.10. Deverão ser adotadas pela contratada as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, sem prejuízo das orientações do Superior Tribunal de Justiça que versem sobre a matéria, especialmente as preconizadas pela Portaria STJ nº 293 de 31 de maio de 2012.

5.1.11. Deve constar como obrigação da contratada a manutenção das condições acima, o que poderá ser verificado constantemente durante a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

5.1.12. O contrato terá uma duração inicial de 12 (doze) meses.

5.1.13. O quadro com possíveis soluções de mercado estão apresentados em tópico específico do Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice deste Termo de Referência.

- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas obrigações da contratada como requisito previsto em lei especial.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. O serviço, objeto deste Termo de Referência, será prestado ao CTLA (Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica), que é uma Organização militar pertencente ao Comando da Aeronáutica, situada na Estrada Alfredo Rocha, nº 495, Bairro: Ilha do Governador- Rio de Janeiro-RJ, CEP: 21941-580.
 - 7.1.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
 - 7.1.3. A comunicação a ser estabelecida entre a Administração e a prestadora de serviço será através de servidor especialmente designado.
 - 7.1.4. Todas as correspondências, relatórios ou notificações originadas da execução deste Contrato serão sempre feitos por escrito e serão considerados recebidos pela CONTRATANTE e pela CONTRATADA, desde que entregue no endereço acima, ao longo da vigência deste instrumento.
 - 7.1.5. A CONTRATADA deverá manter seu atendimento no período de 08h às 22h, inclusive nos sábados e domingos, a fim de atender possíveis acionamentos urgentes para envio de cargas em dias não úteis.
 - 7.1.6. Os prêmios dos seguros serão pagos pelo CTLA dentro dos prazos estabelecidos na cláusula – Pagamento de Prêmio (nº 2.1 do item XI do Apêndice I), das condições gerais da apólice.
 - 7.1.7. Os sinistros que porventura ocorrerem deverão ser liquidados pela CONTRATADA em um prazo de até 30 dias consecutivos, a partir da apresentação da totalidade dos documentos pertinentes ao evento, e de conformidade com o item “Pagamento de Sinistros” das respectivas apólices.
 - 7.1.8. Cada averbação será efetuada anteriormente ao embarque da carga, mediante comunicação à seguradora em formulário próprio, conforme modelo do Apêndice V, a este Termo de Referência, por meio eletrônico ou físico.
 - 7.1.9. Após contato mencionado no item anterior, a contratada terá o prazo de 48h para emitir apólice de Seguro referente a Carga objeto de transporte.
- 7.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Termo de Contrato ou de instrumento equivalente, mediante emissão de Ordem de Execução do Serviço.

8. DO VALOR DA CARGA

8.1. O valor da carga a ser movimentada será informado pelo CTLA no momento em que for requisitado o serviço à empresa contratada.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

9.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

9.1.1 Os serviços serão avaliados pelo fiscal do contrato, mediante acompanhamento dos serviços executados por meio de suas respectivas Ordens de Serviço conforme especificado neste Termo de Referência, para identificar a qualidade dos serviços prestados.

9.1.2 Os serviços serão executados de acordo com os critérios mínimos de eficiência, dentro da periodicidade estipulada neste Termo de Referência e com base na proposta de preços apresentada pela licitante vencedora do certame.

9.1.3 Os critérios de medição serão aqueles elaborados no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Das Propostas de Preços:

10.1.1 A Declaração e a Proposta de Preços deverão seguir à formatação estabelecida nos modelos constantes dos Apêndices VI e VII a este Termo de Referência, podendo ser utilizados os próprios modelos em Apêndice como anexo da proposta.

10.1.2 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá seguir à formatação estabelecida no modelo constante do Apêndice VII a este Termo de Referência.

10.1.3 Os preços propostos deverão ser absolutamente líquidos; neles deverão estar contidas todas as despesas que incidam sobre a prestação de serviços, objeto deste Termo de Referência, tais como: impostos, taxas, mobilização e desmobilização de equipamento, encargos sociais, seguro e quaisquer outras despesas necessárias à execução do serviço, todas de responsabilidade da CONTRATADA.

10.1.4 A licitante deverá discriminar em sua proposta comercial o preço para a prestação dos serviços, contendo, no máximo 2 (duas) casas decimais.

10.1.5 Será vencedora do processo licitatório, a licitante que apresentar a menor taxa única, para prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência, a qual não poderá ser superior a 0,30%, para o item 1, e 0,56% para o item 2, estabelecido pela Administração. A proposta deverá considerar isenção total de franquia.

10.1.6 As propostas não deverão apresentar qualquer rasura ou emenda, borrões ou entrelinhas. O descumprimento deste requisito implicará na rejeição da proposta de preço.

10.1.7 Na avaliação das propostas de preços não serão considerados itens recomendados pelas licitantes, bem como qualquer oferta de vantagem não prevista neste Termo de Referência e/ou Edital.

11. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇO

11.1. Nos termos do disposto no inciso X do Art. 40 da Lei nº8.666/1993, combinado com inciso II do Art 48. da mesma lei, e com base na pesquisa de mercado realizada durante a fase interna do procedimento licitatório, a Administração fixa neste ato, como critério de aceitabilidade da proposta de preço a ser apresentada pelas empresas participantes do certame, o valor máximo dos itens, conforme quadro a seguir, ficando o participante ciente que a proposta apresentada com a taxa superior ao limite máximo estabelecido estará automaticamente desclassificada, sujeitando-se a todos os efeitos decorrentes da legislação pertinente:

ITEM	PERCURSOS	Estimativa para Importância Segurada Anual (IS) (US\$)	Taxa Única (%)
1	SEGURO DE CARGA COMUM EM TRANSPORTE INTERNACIONAL (EXPORTAÇÃO)	20.066.770,67	0,30

ITEM	PERCURSOS	Estimativa para Importância Segurada Anual (IS) (US\$)	Taxa Única (%)
2	SEGURO DE CARGA PERIGOSA EM TRANSPORTE INTERNACIONAL (EXPORTAÇÃO)	4.358.447,21	0,56

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2. Emitir as apólices de seguro e as respectivas faturas correspondentes às averbações efetuadas.

13.3. Conhecer o inteiro teor dos documentos e normas que regulam a sua atividade, a fim de salvaguardar quaisquer dúvidas ou responsabilidades que vierem a advir do referido seguro.

13.4. Executar os serviços contratados de acordo com as instruções fornecidas pelo CTLA, as normas e legislações vigente, bem como a apresentar à Contratante sempre que solicitada, toda a documentação prevista nas normas que regulam o exercício de sua atividade e comprobatória do cumprimento de suas obrigações legais, expedidas pelos órgãos competentes, de âmbito federal, estadual ou municipal e ainda quaisquer outros necessários para a comprovação do cumprimento de suas obrigações constantes deste Termo de Referência.

- 13.5. Responder pelas consequências da inobservância ou violação das determinações legais e regulamentares, conseqüentes das normas que regulam a sua atividade, bem como ressarcir a Contratante de imediato, os eventuais prejuízos que esta última venha a sofrer em virtude de autuação pelas autoridades competentes em consequência dessas inobservâncias ou violações.
- 13.6. Sujeitar-se às normas especiais vigentes, tais como horários de trabalho, precauções contra acidentes, medidas especiais de segurança, normas de conduta e outras pertinentes, aplicadas nos locais onde serão prestados os serviços contratados.
- 13.7. Manter durante a vigência contratual todas as condições que ensejaram a contratação, particularmente no que tange à regularidade fiscal.
- 13.8. Atender às normas disciplinares e os regulamentos que orientam os procedimentos e condutas nas instalações do CTLA e nas demais Organizações Militares do Comando da Aeronáutica, de acordo com as recomendações dos seus servidores civis e militares.
- 13.9. Efetuar o pagamento das multas, indenizações ou despesas impostas ao CTLA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento pela CONTRATADA deste Termo de Referência, de lei ou regulamento aplicado à espécie.
- 13.10. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.12. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor
- 13.13. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.14. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.16. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 13.18. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.20. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 13.22. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.29. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.30. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.30.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.30.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

- Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: junho/2021

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 16.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 16.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a

excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 16.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório
- 16.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 16.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

- 17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.2.1. não produziu os resultados acordados;
 - 17.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 17.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.3. Os critérios de medição serão aqueles elaborados no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 18.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.3. O recebimento provisório será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

18.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

18.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

18.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato

18.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

- 18.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 18.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19 DO PAGAMENTO

- 19.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 19.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 19.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.5.1 o prazo de validade;
- 19.5.2 a data da emissão;
- 19.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.5.4 o período de prestação dos serviços;
- 19.5.5 o valor a pagar; e
- 19.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 19.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 19.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20 REAJUSTE

20.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA (Índice de Preços do Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo

20.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo

20.8 O reajuste será realizado por apostilamento.,

21 GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1 A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

21.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.2.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.2.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.10 Será considerada extinta a garantia:

22.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

22.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

22.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Integrar este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Apêndices:

Apêndice XIII – Mapa de Riscos do Estudo Técnico Preliminar

- 24.4.1 Valor Global: R\$ 415.423,40 (quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos).
- 24.4.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 24.5 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 24.6 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 25.1. O custo estimado para a contratação é de R\$ 415.423,40 (quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos).

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 26.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o Exercício de 2022, na classificação estabelecida no Apêndice X deste Termo de Referência.

Rio de Janeiro, Data (Assinado Eletronicamente)

MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS 1º TEN QOESUP
Chefe da Seção de Importação

Conferido por:

FRANKLIN DA CUNHA E SILVA Cap R1
Agente de Controle Interno

ATO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Aprovo o presente Termo de Referência, por conter todos os elementos necessários para a consecução do objetivo da Administração de contratar os serviços de Seguro de carga em transporte Internacional.

Rio de Janeiro, Data (Assinado Eletronicamente)

SANDRO BENEDET Cel Av
Ordenador de Despesas do CTLA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Termo_de_Referencia_Seguro de carga internacional Rev 04 - 02.06.2022
Data/Hora de Criação:	02/06/2022 20:26:15
Páginas do Documento:	23
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	24
Hash MD5:	cbf7661dc3ace53d26da4504886fb07d
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 02/06/2022 às 17:34:30 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 06/06/2022 às 13:11:03 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 06/06/2022 às 13:35:50 no horário oficial de Brasília.

SEGURO DE TRANSPORTES
CONDIÇÕES GERAIS

I. ÂMBITO GEOGRÁFICO E BENS SEGURADOS

1. As disposições desta apólice aplicam-se aos bens segurados em viagens aquaviárias, terrestres e aéreas, nos percursos nacionais e internacionais, conforme definido na apólice.
2. Consideram-se bens segurados as mercadorias identificadas na apólice ou averbação.

II. OBJETO DO SEGURO

A presente apólice tem por objetivo garantir, **até o limite da importância assegurada contratada, e de acordo com as condições contratuais deste seguro**, o pagamento da indenização ao Segurado ou ao Beneficiário indicado na apólice, por prejuízos ocorridos e devidamente comprovados, decorrentes dos riscos cobertos.

III. INTERESSE SEGURÁVEL

O interesse segurável sobre o objeto segurado estará caracterizado a partir da responsabilidade das partes envolvidas, conforme a negociação efetuada entre elas e representada por documento hábil.

IV. IMPORTÂNCIA SEGUADA

1. A importância assegurada é o valor informado pelo Segurado, constante da nota fiscal, fatura ou outro documento hábil, que represente os bens segurados e não implica reconhecimento, por parte da Seguradora, de prévia determinação de seu valor real.
2. A importância assegurada deverá corresponder ao valor real do objeto segurado, conforme definido na Cláusula XVI (LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS) destas Condições Gerais, podendo abranger também uma ou mais das seguintes verbas, desde que ratificadas por meio de cobertura adicional, e discriminadas por cláusulas e verbas próprias na apólice e averbação:
 - a) frete;
 - b) despesas;
 - c) lucros esperados pelo comprador com o objetivo de comercialização ou industrialização do objeto segurado; e
 - d) tributos.

V. LIMITE MÁXIMO DE GARANTIA

1. O Limite Máximo de Garantia representa a quantia máxima que a Seguradora assumirá, por viagem, ou por acúmulo de bens ou mercadorias decorrente de uma ou mais viagens, em qualquer local ou meio de transporte incluídos na cobertura deste seguro, ainda que tal acúmulo não seja do conhecimento do Segurado.
2. A aceitação de valor superior ao constante na apólice dependerá de prévia e expressa concordância da Seguradora, consultada, por escrito, pelo menos 3 (três) dias úteis antes do início da viagem ou do acúmulo.

VI. RISCOS COBERTOS

Para fins deste seguro, consideram-se riscos cobertos aqueles definidos nas Condições Especiais, para cada cobertura contratada, que fazem parte integrante e inseparável desta apólice.

VII. PREJUÍZOS INDENIZÁVEIS

1. Serão indenizáveis os danos materiais e as despesas realizadas para a defesa, salvaguarda, e/ou recuperação do objeto segurado, e a minimização de suas perdas e danos, desde que diretamente resultantes dos riscos cobertos pelas condições contratuais, até o limite da importância segurada.

2. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Seguradora.

VIII. PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS

Para fins deste seguro, consideram-se prejuízos não indenizáveis aqueles expressamente convencionados nas Condições Especiais, que fazem parte integrante e inseparável desta apólice.

IX. BENS NÃO COMPREENDIDOS NO SEGURO

1. Não estão compreendidos no presente seguro, em hipótese alguma:

- a) qualquer bem, quando compreender outros riscos que não os exclusivamente de transporte;
- b) filmes e/ou equipamentos cinematográficos, fotográficos e similares, quando incluídos os riscos de permanência em cinemas, estúdios, filmotecas, depósitos ou lojas de vendedores ou locadores e locais de filmagens;
- c) bens de terceiros recebidos para transporte;
- d) dinheiro, em moeda ou papel, cheques, contas e comprovantes de débito; metais preciosos e semipreciosos e suas ligas, trabalhadas ou não, jóias, pedras preciosas, semipreciosas, e pérolas, em geral, engastadas ou não; notas e notas promissórias; cartões de crédito, cartões telefônicos, cartões de estacionamento em geral; talões de cheques, vales e outros assemelhados e registros; títulos, apólices, diamantes industriais, documentos e obrigações de qualquer espécie e escrituras; bilhetes de loteria, selos e estampilhas; salvo pelo seu valor material (intrínseco); e
- e) bens em exposições, quando incluir o risco de permanência nos locais de exposição.

2. Salvo estipulação expressa na apólice e inclusão de cláusula com a especificação da cobertura e pagamento de prêmio adicional, não estão compreendidos no presente seguro:

- a) equipamentos móveis, nos casos de autolocomoção;
- b) mercadorias em devolução ou redespachadas;

- c) mercadorias e/ou bens usados;
- d) mercadorias sem valor declarado no conhecimento de embarque;
- e) mercadorias embarcadas em navios com denominação a avisar;
- f) chapas galvanizadas e/ou folhas de ferro zincadas (folha de flandres), sempre que o documento de compra estabeleça especificações inferiores às mínimas previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, quanto ao peso, aderência e uniformidade da camada de zinco;
- g) mercadorias transportadas no convés do navio;
- h) mercadorias embarcadas em navios que:
 - h.1) estejam excluídos da 1ª Classe das Sociedades de Classificação reconhecidas ou sejam de classes desconhecidas; ou
 - h.2) tenham mais de 20 anos (contar a partir do ano de construção do navio conforme seu registro de classificação) ou sejam de idade desconhecida; ou
 - h.3) tenham menos de 1.000 Toneladas de Arqueação Bruta -TAB; ou
 - h.4) não tenham autopropulsão; ou
 - h.5) sejam construídos com outros materiais que não sejam ferro ou aço; ou
 - h.6) sejam utilizados em linhas regulares de características desconhecidas.São consideradas Sociedades de Classificação reconhecidas:
Lloyd's Register; American Bureau of Shipping; Bureau Veritas; China Classification Society; Germanischer Lloyd; Korean Register of Shipping; Maritime Register of Shipping; Nippon Kaiji Kyokai; Norske Veritas; Registro Italiano.
- i) Material radioativo.

X. FRANQUIA

Quando pactuada entre o Segurado e a Seguradora, será indicada na apólice ou averbação.

XI. FORMAS DE CONTRATAÇÃO E DE PAGAMENTO DO PRÊMIO

1. **Apólice Avulsa:** é aquela emitida para cobrir um único embarque.
 - 1.1. **Forma de pagamento do prêmio:** à vista, antes do início do risco.
2. **Apólice de Averbação:** destina-se a cobrir diversos embarques, sendo estes comunicados à Seguradora através de formulário ou meio eletrônico, denominado averbação.
 - 2.1. **Forma de pagamento do prêmio:** faturamento mensal com prazo de até 30 dias a contar da data da emissão da fatura.
3. **Apólice Anual com prêmio fracionado:** é aquela destinada a cobrir diversos embarques, com prêmio fixo ou ajustável.
 - 3.1. **Forma de pagamento do prêmio:** de conformidade com o disposto no item 10 da Cláusula XII (PAGAMENTO DO PRÊMIO), destas Condições Gerais.

XII. PAGAMENTO DO PRÊMIO

1. A data limite para o pagamento do prêmio à vista ou da primeira parcela não poderá ultrapassar o 30º (trigésimo) dia da emissão da apólice, endosso, fatura ou conta mensal.
2. Quando a data limite cair em dia em que não haja expediente bancário, o pagamento do prêmio do seguro poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.
3. O pagamento do prêmio será efetuado através de rede bancária ou outra forma admitida em lei, por meio de documento emitido pela Seguradora, a ser encaminhado diretamente ao Segurado ou ao seu representante, ou ainda, por expressa solicitação de qualquer um destes, ao corretor de seguros, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.
4. Fica vedado o cancelamento do contrato de seguro cujo prêmio tenha sido pago à vista, mediante financiamento obtido junto às instituições financeiras, nos casos em que o Segurado deixar de pagar o financiamento.
5. O não pagamento do prêmio do seguro à vista, nas apólices avulsas, ou o não pagamento da primeira parcela, nos casos de seguros com custo fracionado, implicará o cancelamento automático da apólice, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.
6. Nos casos de apólices de averbação, o não pagamento da fatura mensal na data indicada na respectiva nota de seguro poderá acarretar a proibição de novas averbações, porém os bens referentes aos prêmios já pagos continuarão com cobertura até o fim da vigência prevista na apólice.
7. Caso o prêmio venha a ser pago por risco decorrido, será o mesmo cobrado por via executiva, nos termos do Artigo 27 do Decreto-Lei n.º 73, de 21.11.66, sujeito a débito, além da atualização monetária, aos juros mensais previstos na legislação em vigor, calculados "*pro rata die*", até o efetivo pagamento, acrescido, ainda, do débito da multa penal, conforme legislação vigente, incidente sobre o total da dívida, sem prejuízo do ressarcimento das despesas que a Seguradora tiver de arcar para o recebimento de seu crédito. Por conta de eventual dívida, o Segurado desde já autoriza a Seguradora a emitir Letra de Câmbio, podendo, inclusive, designar-se Tomadora, obrigando-se a aceitá-la e pagá-la, ainda que apresentada por terceiro dela endossatário.
8. Fica, ainda, entendido e ajustado que, se o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio sem que este se ache efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado. Quando o pagamento da indenização acarretar o cancelamento do contrato de seguro, as parcelas vincendas do prêmio deverão ser deduzidas do valor da indenização, excluído o adicional de fracionamento.
9. O direito a qualquer indenização decorrente de apólice avulsa, dependerá, em primeiro lugar, de prova de que o pagamento do prêmio tenha sido efetuado antes do início do risco.
10. Os prêmios poderão ser fracionados em parcelas, em número inferior ao de meses de vigência do contrato, não devendo a última ter vencimento após o término do seguro.

10.1. Deverá ser garantido ao Segurado, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a conseqüente redução proporcional dos juros pactuados.

10.2. Não será permitida a cobrança de qualquer valor adicional a título de custo administrativo.

10.3. No caso da falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subseqüentes à primeira, o prazo de vigência da cobertura será ajustado em função do prêmio efetivamente pago, observada a fração prevista na tabela de prazo curto, a saber:

TABELA DE PRAZO CURTO

RELAÇÃO % ENTRE A PARCELA DE PRÊMIO PAGA E O PRÊMIO TOTAL DA APÓLICE	FRAÇÃO A SER APLICADA SOBRE A VIGÊNCIA ORIGINAL	RELAÇÃO % ENTRE A PARCELA DE PRÊMIO PAGA E O PRÊMIO TOTAL DA APÓLICE	FRAÇÃO A SER APLICADA SOBRE A VIGÊNCIA ORIGINAL
13	15/365	73	195/365
20	30/365	75	210/365
27	45/365	78	225/365
30	60/365	80	240/365
37	75/365	83	255/365
40	90/365	85	270/365
46	105/365	88	285/365
50	120/365	90	300/365
56	135/365	93	315/365
60	150/365	95	330/365
66	165/365	98	345/365
70	180/365	100	365/365

10.4. A Sociedade Seguradora informará ao Segurado, ou ao seu representante, por meio de comunicação escrita, o novo prazo de vigência, ajustado de acordo com a tabela de prazo curto.

10.5. O prazo original da apólice ficará automaticamente restaurado caso seja restabelecido, pelo Segurado, o pagamento do prêmio das parcelas ajustadas, acrescidas dos encargos contratualmente previstos, dentro do prazo previsto no item anterior.

10.6. Concluído o prazo previsto no item 10.3 desta cláusula, sem que tenha sido retomado o pagamento do prêmio, ou ainda, no caso em que a aplicação da tabela não resultar em alteração do prazo de vigência da cobertura, o contrato será de pleno direito cancelado.

XIII. PROCEDIMENTOS PARA ACEITAÇÃO E RENOVAÇÃO DE APÓLICES

1. A celebração ou alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente ou por seu representante ou pelo corretor de seguros habilitado.

1.1. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e à aceitação do risco.

1.2. Caberá à Sociedade Seguradora fornecer ao proponente, obrigatoriamente, o protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com indicação de data e hora de seu recebimento.

2. A Seguradora dispõe do prazo de 15 dias, contados a partir da data de recebimento da proposta, para recusar ou aceitar o risco que lhe foi proposto, quer se trate de seguro novo ou de renovação, bem como para alterações que impliquem modificações do risco.

3. O prazo de 15 dias será reduzido a 7 dias quando se tratar da aceitação de apólices avulsas.

4. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

4.1. No caso de Segurado pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto para aceitação.

4.2. No caso de Segurado pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto (15 dias), desde que a Sociedade Seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

5. A ausência de manifestação, por escrito, da Seguradora, nos prazos acima determinados, caracterizará a aceitação tácita do risco proposto. No caso de não aceitação da proposta, a Seguradora procederá à comunicação formal, justificando a recusa.

6. Nos casos em que a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração da cobertura de resseguro facultativo, os prazos previstos nos itens 2 e 3 desta Cláusula serão suspensos, até que o ressegurador se manifeste formalmente.

6.1. Neste caso, a Sociedade Seguradora, no prazo de 15 dias, deverá informar, por escrito, ao proponente, seu representante ou corretor de seguros, sobre a inexistência de cobertura.

7. Não havendo pagamento de prêmio quando do protocolo da proposta, o início de vigência da cobertura deverá coincidir com a data da aceitação da proposta ou com data distinta, desde que expressamente acordada entre as partes.

8. Os contratos de seguro que tiverem origem a partir de propostas protocolizadas com pagamento de prêmio, total ou parcial, terão seu início de vigência a partir da data de recepção da proposta pela Seguradora.

8.1. Em caso de recusa da proposta, a cobertura de seguro prevalecerá por mais 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data em que o proponente, seu representante ou o corretor de seguros habilitado tiver conhecimento formal da recusa.

8.2. O valor do adiantamento a que se refere o caput deste artigo é devido no momento da formalização da recusa, devendo ser restituído ao proponente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, integralmente ou deduzido da parcela “pro rata temporis” correspondente ao período em que tiver prevalecido a cobertura.

8.3. Fica vedado o pagamento antecipado de prêmio quando houver resseguro facultativo.

XIV. PRAZO DO SEGURO

1. Na apólice deverão constar as datas de início e fim de vigência.

1.1. As apólices terão seu início e término de vigência às 24 (vinte e quatro) horas das datas para tal fim neles indicadas.

XV. INÍCIO E FIM DOS RISCOS

Para fins deste seguro, o início e fim dos riscos serão aqueles definidos nas Condições Especiais, que fazem parte integrante e inseparável desta apólice e nela se encontram expressamente ratificadas.

XVI. LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

1. A Seguradora é obrigada a pagar em dinheiro o prejuízo resultante do risco assumido ou, caso haja concordância com o Segurado, poderá repor o bem.

2. Valor do Objeto Segurado

2.1. Para fins deste seguro, entende-se como valor do objeto segurado o valor de custo constante na fatura comercial ou documento equivalente e, na falta da fatura comercial ou de documento equivalente, o custo deve corresponder ao valor do objeto segurado no local e data do embarque.

2.2. Qualquer indenização ficará condicionada à comprovação do valor do objeto segurado, e, havendo exagero na declaração da importância segurada, ou no valor declarado dos documentos de embarque, a Seguradora terá o direito de reduzi-la ao valor real do objeto segurado (valor do objeto segurado no local e data do embarque), ficando neste caso, desobrigada de efetuar qualquer devolução de prêmio.

2.3. No caso de o seguro ser efetuado por importância inferior ao valor do objeto segurado, conforme definido no subitem 2.1 desta Cláusula, será o Segurado, para todos os efeitos, considerado segurador da diferença, participando, proporcionalmente, dos prejuízos verificados e das contribuições em avaria grossa.

3. Documentos Básicos para a Liquidação de Sinistros

3.1. Para fins deste seguro, consideram-se como documentos básicos, necessários à regulação e liquidação dos sinistros, aqueles previstos nas Condições Especiais, que fazem parte integrante desta apólice.

3.2. É facultado à Seguradora a solicitação de outros documentos necessários ao esclarecimento de dúvidas fundamentadas e justificadas.

4. Prazo para Pagamento da Indenização Devida

4.1. Uma vez entregue pelo Segurado toda a documentação exigível para a perfeita instrução do processo de sinistro, a Seguradora efetuará o pagamento da indenização no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

4.1.1. No caso de solicitação de outros documentos além daqueles considerados básicos para a liquidação de sinistros, este prazo será suspenso, e terá a sua contagem reiniciada a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

4.2. A seguradora poderá exigir atestados ou certidões de autoridades competentes, bem como o resultado de inquéritos ou processos instaurados em virtude do fato que produziu o sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido. Alternativamente poderá solicitar cópia da certidão de abertura de inquérito, que por ventura tiver sido instaurado.

XVII – VISTORIA

1. Havendo indícios de perdas, ou qualquer outra forma de dano às mercadorias seguradas, deverá obrigatoriamente ser efetuada a vistoria para a constatação do montante das perdas.

2. Qualquer perda ou avaria deverá ser sempre verificada, em conjunto com o representante da Seguradora, do transportador e da entidade responsável que detiver a guarda ou custódia das mercadorias.

3. No caso de avaria ou falta em mercadorias importadas, obriga-se o Segurado ou seus prepostos, a requerer, dentro do mais curto prazo e antes do desembarço aduaneiro, a competente vistoria aduaneira, a menos que haja obtido expressa dispensa desta providência por parte da Seguradora.

4. A Seguradora não se responsabiliza por despesas normais ou extraordinárias com guarda, vigilância, capatazias e armazenagens que venham a incidir sobre o objeto segurado, salvo nos casos de mercadorias importadas, quando essas despesas forem direta e exclusivamente decorrentes de vistoria aduaneira não dispensada.

5. As vistorias de eventuais ocorrências verificadas nos percursos terrestres, inclusive complementares, serão realizadas no local de destino, após a chegada da mercadoria ao armazém final do Segurado ou Consignatário, ou em local mais apropriado acordado entre todas as partes, sendo que, nos embarques ferroviários nacionais, em conformidade com o Regulamento Geral de Transportes, deverá ser lavrado um Auto, mencionando o estado e a natureza da embalagem, quaisquer vestígios exteriores que o volume apresente, assim como as marcas, números e demais esclarecimentos precisos, inclusive a avaliação das perdas.

6. A intervenção de vistoriador, cujas funções se limitam à apuração da causa, natureza e extensão do sinistro, não implica prévio reconhecimento de responsabilidade da Seguradora para com o Segurado, cujo direito a qualquer indenização será sempre subordinado às cláusulas e às condições deste seguro.

7. Independentemente da existência de indícios de danos, a Seguradora se reserva o direito de, em qualquer momento, vistoriar o objeto segurado, correndo por sua conta as despesas conseqüentes dessa providência.

XVIII. PERDA TOTAL

1. Para fins deste contrato, ocorre a perda total sempre que o prejuízo indenizável for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor do objeto segurado, conforme definido no item 2 da Cláusula XVI (LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS) destas Condições Gerais.

2. O conceito de perda total poderá ser aplicado, volume por volume, desde que tais volumes sejam identificados na fatura comercial ou documento equivalente, com indicação do respectivo valor e não se trate:

2.1. de mercadoria a granel, sem embalagem, ou que constitua uma unidade indivisível;

2.2. de volumes faturados englobadamente, sem discriminação de seu conteúdo e do valor de cada um deles.

3. Não obstante o disposto no subitem 2.2 acima, mesmo que não tenha havido identificação individual na respectiva fatura comercial ou documento equivalente, quando o volume for suscetível de avaliação em separado, e constituído indivisivelmente pelo conteúdo e sua respectiva embalagem, o conceito de Perda Total poderá ser aplicado volume por volume.

XIX. SALVADOS

1. Entendem-se como salvados, para fins deste seguro, todos os objetos que são resgatados de um sinistro e que ainda possuem valor econômico.

2. Ocorrido sinistro que atinja os bens descritos nesta apólice, o Segurado deverá tomar, o mais depressa possível, todas as providências ao seu alcance para proteger os salvados e evitar a agravação dos prejuízos.

3. O Segurado não tem o direito de abandonar, à Seguradora, objetos salvados ou danificados, qualquer que seja a extensão dos prejuízos verificados, exceto nos casos previstos nas Condições Especiais, que fazem parte integrante desta apólice.

4. A Seguradora poderá, de acordo com o Segurado, diligenciar para o aproveitamento ou venda dos salvados, ficando entendido e acordado que qualquer medida tomada pela Seguradora não implicará o reconhecimento da obrigação de indenizar os danos ocorridos.

XX - OUTROS SEGUROS

O Segurado não poderá manter mais de uma apólice deste seguro, sobre o mesmo interesse e contra os mesmos riscos, nesta ou em outra Seguradora, sob pena de suspensão de seus efeitos, sem qualquer direito à restituição dos prêmios ou das parcelas do prêmio que houver pago.

XXI. SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS

1. Efetuado o pagamento da indenização, cujo comprovante valerá como instrumento de cessão, a Seguradora ficará sub-rogada, até o valor da indenização paga, em todos os direitos e ações do Segurado contra aqueles que, por ato, fato ou omissão, tenham causado os prejuízos indenizados pela Seguradora, ou para eles concorrido.
2. Salvo dolo, a sub-rogação não tem lugar se o dano foi causado pelo cônjuge do segurado, seus descendentes ou ascendentes, consanguíneos ou afins.
3. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do Segurador, os direitos de sub-rogação.

XXII. RESCISÃO E CANCELAMENTO

1. Este contrato pode ser rescindido, total ou parcialmente, a qualquer tempo, por iniciativa de quaisquer das partes contratantes, mas sempre com concordância recíproca, ressalvados os riscos em curso.

1.1. Este contrato e/ou aditamento poderá ser cancelado:

- a) quando ocorrer o não pagamento nos casos previstos na Cláusula XII (PAGAMENTO DO PRÊMIO), destas Condições Gerais;
- b) decorrido o prazo de 6 (seis) meses sem que o Segurado tenha averbado qualquer embarque; e
- c) no caso de falência ou liquidação judicial ou extrajudicial da empresa segurada.

XXIII. OBRIGAÇÕES DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes se obrigam a cumprir as seguintes disposições:

- a) dar imediato aviso à Seguradora, por escrito, de todo e qualquer sinistro, inclusive declaração de avaria grossa, mesmo que o fato seja público e notório;
- b) agir com razoável presteza em todas as circunstâncias que estiverem sob seu controle;
- c) independente das medidas legais e administrativas a que está sujeito, tomar todas as providências para defesa, salvaguarda e preservação do objeto segurado, bem como para minorar as consequências do sinistro e, ainda, agir de conformidade com as instruções que receber da Seguradora;
 - c.1) Os eventuais desembolsos decorrentes das providências acima, bem como as despesas ou custos de salvamento devidos a terceiros, serão de responsabilidade da Seguradora, até o limite da importância segurada;

- d) instruir seu pedido de indenização com os documentos comprobatórios da causa, natureza e extensão da perda ou dano material sofrido pelo objeto segurado; e
- e) assegurar que todos os direitos contra transportadores, depositários ou terceiros estejam devidamente preservados e exercidos, observado o disposto na legislação em vigor;
 - e.1) A Seguradora reembolsará o Segurado por quaisquer despesas que tenham sido efetuadas de maneira correta e razoável no cumprimento das obrigações previstas, até o limite da importância segurada.

2. O Segurado se obriga, também, a:

- a) comunicar à Seguradora, com exatidão, todas as circunstâncias que, por algum modo, direta ou indiretamente, possam influir na aceitação do seguro ou na fixação da taxa do prêmio, não apenas contemporâneas à contratação, mas também as que se tenham verificado, ou cuja verificação for previsível no curso da vigência da apólice;
- b) dar imediato aviso à Seguradora, por escrito, ao longo de toda a vigência da apólice, acerca de toda e qualquer alteração concernente às informações contidas na proposta de seguro, que originou a emissão da presente apólice, bem como toda e qualquer circunstância que, direta ou indiretamente, possa influir no estado do risco, alterando-o, modificando-o ou ampliando-o, e ainda toda e qualquer circunstância cujo conhecimento possa ser útil para a Seguradora atuar, por ações diretas, ou mediante orientações, a fim de evitar a caracterização de sinistro ou o agravamento dos riscos.
- c) comunicar à Seguradora, de imediato, qualquer incidente que independa de sua vontade e que seja suscetível de agravar o risco, sob pena de perder o direito à garantia se ficar comprovado que silenciou de má fé, podendo a Seguradora cancelar o contrato de seguro, mediante comunicação escrita ao Segurado, dentro de 15 dias do recebimento do aviso de agravação.
 - c.1) O cancelamento do contrato será eficaz 30 (trinta) dias após a comunicação da Seguradora.

3. Medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora, com o objetivo de salvar, proteger ou recuperar o objeto segurado, não serão consideradas como renúncia ou aceitação de abandono, nem de outro modo prejudicarão os direitos de qualquer parte.

XXIV. PERDA DE DIREITOS

Além dos casos previstos em lei e nesta apólice, a Seguradora ficará isenta de qualquer obrigação decorrente deste contrato se:

- a) o Segurado deixar de cumprir as obrigações convencionadas nesta apólice;
- b) o sinistro for devido a atos ilícitos dolosos, ou culpa grave equiparável ao dolo, praticados pelo Segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro, e, nos casos de seguros contratados por pessoas jurídicas, esta exclusão aplica-se aos sócios controladores, aos seus dirigentes e administradores legais, aos beneficiários e aos seus respectivos representantes.
- c) o Segurado, seu representante, ou seu corretor de seguros, fizer declarações inexatas, ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, ficará prejudicado o direito à indenização, além de estar o Segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido.

c.1) Se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, o segurador poderá, na hipótese de não ocorrência do sinistro:

- Cancelar o seguro, retendo, do prêmio originalmente pactuado, a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou
- Permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença do prêmio cabível.

c.2) Se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, o segurador poderá, na hipótese de ocorrência de sinistro sem indenização integral:

- Cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, retendo, do prêmio originalmente pactuado, acrescido da diferença cabível, a parcela calculada proporcionalmente ao tempo decorrido; ou
- Permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível ou deduzindo-a do valor a ser indenizado.

c.3) Se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, o segurador poderá, na hipótese de ocorrência de sinistro com indenização integral, cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, deduzindo, do valor a ser indenizado, a diferença do prêmio cabível.

- d) o Segurado, por qualquer meio, procurar obter benefícios ilícitos do seguro a que se refere esta apólice;**
- e) o Segurado se recusar a apresentar qualquer documentação que seja exigida pela Seguradora para o correto esclarecimento do fato ocorrido;**
- f) houver a inobservância ou negligência do consignatário, ou seus representantes, no cumprimento das obrigações que têm como propósito evitar ou reduzir perdas, assim como assegurar o direito de ressarcimento da Seguradora contra transportadores, depositários, ou outras partes envolvidas em sinistro indenizável pelas coberturas deste seguro.**
- g) no caso de ser o risco agravado intencionalmente pelo segurado.**

XXV - CLÁUSULA DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS

1. Fica expressamente pactuado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, para atualização, quando couber, de todos os valores contratados e de eventuais importâncias a serem pagas, devolvidas ou complementadas, observadas as disposições específicas de cada cláusula deste contrato;

1.1 No caso de extinção do índice pactuado - IPCA/IBGE, será utilizado, como índice substituto, aquele definido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, como índice de preços relacionado às metas de inflação.

1.2 As partes poderão optar por outro índice de atualização monetária, desde que autorizado pelos órgãos competentes, devendo tal disposição constar nas Condições Particulares.

2. Os valores devidos a título de devolução de prêmios pelas sociedades seguradoras, sujeitam-se à atualização monetária, conforme definido abaixo:

2.1. No caso de cancelamento do contrato, os valores de prêmio serão exigíveis a partir da data de recebimento da solicitação de cancelamento, ou a data do efetivo cancelamento, se o mesmo ocorrer por iniciativa da Sociedade Seguradora;

2.2. No caso de recebimento indevido de prêmio pela Sociedade Seguradora, os valores serão exigíveis a partir da data de recebimento do prêmio;

2.3. Na hipótese de não cumprimento do prazo disposto no subitem 8, do item XIII, para recusa da proposta, o valor devido será atualizado monetariamente a partir da data de formalização da recusa, aplicando-se ainda juros moratórios contados a partir do décimo primeiro dia.

2.4. Na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da indenização devida, disposto no subitem 4.1, do item XVI, esta será atualizada monetariamente, a partir da data de ocorrência do sinistro, até a data do efetivo pagamento.

2.4.1. O não pagamento da indenização nestes prazos, implicará aplicação de juros de mora a partir das datas de vencimento dessa exigibilidade, sem prejuízo de sua atualização.

3. A atualização de que trata esta cláusula será efetuada com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de exigibilidade da obrigação pecuniária, e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

4. Nenhuma correção será devida, caso o valor da indenização, apurada com base em tabela referencial no ato da contratação, seja equivalente ao valor da reposição do bem na data do seu efetivo pagamento;

5. Nenhuma atualização das obrigações pecuniárias será devida, no caso de cumprimento do prazo previsto para o pagamento da respectiva obrigação;

6. Sem prejuízo de sua atualização, aplicam-se juros moratórios aos valores das obrigações não cumpridas no prazo estipulado.

6.1. Os valores relativos às obrigações pecuniárias serão acrescidos de juros moratórios equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, quando o prazo de sua liquidação superar o prazo fixado em contrato para esse fim e serão calculados proporcionalmente a partir do primeiro dia posterior ao término desse prazo até a data do efetivo pagamento.

7. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros moratórios far-se-á independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.

8. As disposições de atualização monetária desta Cláusula não são aplicáveis aos seguros contratados em moeda estrangeira.

XXVI. PRESCRIÇÃO

Qualquer direito do Segurado, com fundamento na presente apólice, prescreve nos prazos estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro.

XXVII. FORO

É competente para dirimir toda e qualquer controvérsia relativa ao presente contrato, o foro do domicílio do Segurado. Na hipótese de inexistência de relação de hipossuficiência entre as partes, será válida a eleição de foro diferente do domicílio do Segurado.

XXVIII. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.
2. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.
3. O Segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros, no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

SEGURO DE TRANSPORTES

Este glossário se apresenta composto de palavras e expressões comumente usadas pelo mercado segurador, e por vezes desconhecidas pelo grande público consumidor de seguros,

Temos por objetivo elucidar as dúvidas que porventura possam existir na leitura e interpretação das Condições Gerais, Coberturas Básicas, Adicionais e Cláusulas Específicas que regem este contrato de seguro.

A

Abalroamento

Choque do navio ou embarcação com outro navio ou embarcação, cais, bóia, ou qualquer outro objeto que possa gerar algum dano, de maneira accidental.

Aceitação

Aprovação da proposta apresentada pelo Segurado e a emissão da competente apólice.

Agravação do Risco

São circunstâncias que aumentam a intensidade ou a probabilidade da ocorrência do risco assumido pelo Segurador.

Apólice

É o instrumento do contrato de seguro que contém as Condições Gerais e Cláusulas que o regem, assim como as informações sobre o objeto ou bem segurado.

Arrebatamento

Ato de arrebatatar; arrancar; tirar com violência.

Arresto

Apreensão judicial da coisa, em virtude de dívida para a garantia da execução.

Arribada

Diz-se do ato de entrada de um navio ou embarcação em um porto que não o de escala ou de destino.

A reentrada no porto de saída também é considerada arribada.

A arribada pode ser voluntária ou forçada.

Voluntária é aquela que é feita por simples vontade ou capricho do capitão ou comandante.

Forçada é aquela provocada por motivo de força maior.

Ato doloso

É o ato intencional praticado no intuito de prejudicar a outrem.

Ato ilícito

É toda ação ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência que viole direito alheio ou cause prejuízo a outrem.

Avaliação

Na contratação do seguro, é a determinação do valor do objeto a segurar.

Na liquidação dos sinistros, é a determinação dos prejuízos causados pelo risco coberto.

Avaria

Termo empregado no Direito Comercial para designar os danos às mercadorias.

Avaria particular

Acontece quando a ocorrência do risco segurado ocasiona apenas a perda ou diminuição de parte ou fração do objeto segurado.

Avaria Grossa

É o dano ou gasto extraordinário feito com o propósito deliberado de salvar o que for possível do navio ou da carga transportada com resultado útil.

Averbação

Documento comprobatório da efetivação do embarque das mercadorias objeto do seguro.

Aviso

É a comunicação da ocorrência de um sinistro que o Segurado é obrigado a fazer ao Segurador, assim que tenha dele conhecimento.

B**Beligerante**

Que faz guerra ou está em guerra; nações ou governos que se guerreiam.

Beneficiário

Pessoa em cujo proveito se faz o seguro.

Bens

São todas as coisas, direitos e ações que podem ser objeto de propriedade.

C

Cancelamento e Rescisão

Dissolução antecipada do contrato de seguro, em sua totalidade, por perda de direito do Segurado ou determinação legal, ou parcialmente, em relação a uma determinada cobertura, no caso de reembolso correspondente ao Limite Máximo de Garantia da mesma. O cancelamento do seguro por acordo das partes denomina-se "Rescisão".

Cancelamento automático

É o que resulta da falta de pagamento do prêmio nos prazos estipulados.

Cancelamento integral

É a dissolução do contrato de seguro antes que tenha produzido qualquer efeito. Este cancelamento obriga a devolução de prêmio.

Capatazia

Custos relativos a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações de uso público, compreendendo o recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, quando efetuados por aparelhamento portuário.

Caso Fortuito

É o acontecimento imprevisto e independente da vontade humana, cujos efeitos não são possíveis evitar ou impedir. Exemplos: tempestade, furacão, inundação, queda de raio, outros fenômenos da natureza.

Causa

No seguro, é o antecedente indispensável de qualquer acidente ou sinistro.

Cobertura

É a designação genérica dos riscos assumidos pelo Segurador.

Cobertura Adicional

Corresponde à cobertura de outros riscos, que não são cobertos automaticamente pela cobertura básica, e contra os quais o Segurado opcionalmente pode se garantir, mediante o pagamento de prêmio adicional.

Cobertura Básica

Corresponde aos riscos básicos contra os quais é automaticamente oferecida a cobertura do ramo de seguro.

Comissão

É a percentagem sobre os prêmios recebidos com que as Seguradoras remuneram o trabalho de agentes e corretores.

Comissário de Avarias

É o profissional indicado para realizar os trabalhos de apuração da causa, natureza e extensão das avarias.

Condições Gerais

Conjunto de Cláusulas contratuais que estabelece obrigações e direitos, do Segurado e da Seguradora.

Contrato de Afretamento

Contrato que celebra o aluguel de navios, e no qual estão especificadas todas as condições referentes ao acordo.

O fretador pode ser aquele que aluga navios para explorá-los comercialmente, ou um embarcador para o qual fica comprometido o espaço de carga do navio.

Corretor de Seguro

É o profissional habilitado e autorizado a angariar e promover contratos de seguros, remunerado mediante comissões estabelecidas nas tarifas.

D

Dano

No seguro, é o prejuízo sofrido pelo Segurado e indenizável ou não, de acordo com as condições do contrato de seguro.

Dano Moral

Lesão, praticada por outrem, ao patrimônio psíquico ou à dignidade da pessoa, ou, mais amplamente, aos direitos da personalidade, causando sofrimento psíquico, constrangimento, ou qualquer tipo de desconforto, independente da ocorrência simultânea de danos materiais ou corporais. Para as pessoas jurídicas, são as perdas financeiras indiretas, não contabilizáveis, decorrentes de ofensa ao seu nome ou à sua imagem, independente da ocorrência simultânea de outros danos.

Dolo

Má-fé; qualquer ato consciente por meio do qual alguém induz, mantém ou confirma outrem em erro; vontade consciente dirigida com a finalidade de obter um resultado criminoso.

E

Endosso

É o documento pelo qual o Segurado e o Segurador alteram dados, modificam condições de uma apólice, ou a transferem a outrem.

F

Força maior

Acontecimento inevitável e irresistível, ou seja, evento que poderia ser previsto, porém não controlado ou evitado.

Fortuna do mar

Denominação dada a todos os eventos oriundos de casos fortuitos ou força maior, acontecidos no mar ou por causa do mar.

Franquia

Quantia, pré-determinada nas apólices, que a Seguradora deduz da indenização devida ao Segurado.

Franquia dedutível

É aquela que o Segurador sempre deduz, ainda quando o prejuízo exceder a quantia pré-determinada.

Furto simples

É a subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel, sem ameaça ou violência à pessoa, e sem deixar vestígios.

Furto qualificado

É a subtração, para si ou para outrem, de coisa alheia móvel, sem ameaça ou violência à pessoa, mas deixando vestígios.

I

Importância Segurada

É a importância declarada pelo Segurado como sendo o valor real do objeto segurado, representando o limite máximo da indenização pagável por conta dos prejuízos cobertos, observado o Limite Máximo de Garantia da apólice.

Indenização

É a reparação devida ao Segurado. Pode ser prestada pela reposição do bem ou em dinheiro, mediante acordo entre as partes.

L

Limite Máximo de Garantia

É o valor máximo fixado na apólice, que a Seguradora assumirá, em cada viagem de um mesmo meio de transporte, ou por acumulação de bens e/ou mercadorias em portos, aeroportos e outros locais previstos no contrato de seguro, de um mesmo Segurado.

Liquidação de sinistros

É o processo de apuração dos prejuízos sofridos pelo Segurado, e tem por finalidade fixar a responsabilidade do Segurador e as bases das indenizações.

Liquidador, ajustador ou regulador

É o técnico indicado pelos Seguradores para proceder à liquidação dos sinistros.

N

Negligência

Omissão, descuido ou desleixo no cumprimento de encargo ou obrigação.

No seguro, é considerada especialmente na prevenção do risco ou minoração dos prejuízos.

O

Objeto do Seguro

É a designação genérica de qualquer interesse segurado, sejam coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos ou garantias.

Ocorrência

Acontecimento, circunstância. No jargão de seguros, usa-se às vezes como sinônimo de evento danoso, sinistro, ou, ainda, agravação de risco.

P

Prejuízo

É qualquer dano ou perda que reduz, na quantidade ou qualidade, o valor dos bens.

Prêmio

É a importância paga pelo Segurado, ou Estipulante proponente, à Seguradora, em troca da transferência do risco a que está exposto.

Prescrição

No seguro, é a perda da ação para reclamar os direitos ou a extinção das obrigações previstas nos contratos em razão do transcurso dos prazos fixados em lei.

Proponente

É a pessoa que pretende fazer o seguro, preenchendo e assinando uma proposta.

Proposta

Documento preenchido e assinado pelo proponente, na formação do seguro, na qual são contidos os dados que devem constar da apólice e informações verdadeiras e completas sobre os riscos a serem cobertos.

Pro rata

É o cálculo do prêmio do seguro, proporcional aos dias de vigência do contrato.

R

Reclamação

É a apresentação, pelo Segurado, ao Segurador, do seu pedido de indenização. A reclamação deve vir acompanhada da prova da ocorrência do risco, do seguro do bem, e também do prejuízo sofrido pelo reclamante.

Rescisão

Dissolução antecipada do contrato de seguro por acordo das partes. Quando não há acordo, usa-se o termo "cancelamento".

Risco

É o acontecimento incerto, ou de data incerta, potencialmente danoso, que, segurado, provocará o acionamento da apólice de seguro por ocasião de sua eventual ocorrência.

Risco agravado

É aquele que, em virtude de qualquer deficiência ou característica intrínseca, apresenta maior probabilidade de sinistro.

Riscos Excluídos

São os riscos que o contrato retira da responsabilidade do Segurador. Os riscos excluídos podem ser genéricos, quando enumerados nas Condições Gerais da apólice, e específicos, quando constam das Condições Especiais.

Roubo

É a subtração da coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

S**Salvados**

São as coisas com valor econômico que escapam ou sobram do sinistro.

Segurado

É a pessoa física ou jurídica que, tendo interesse segurável, contrata o seguro em seu benefício pessoal ou de terceiro.

Seguradora

É aquela que emite uma apólice, assumindo a responsabilidade dos riscos nela constantes, mediante o pagamento de prêmio pelo Segurado.

Seguro

É o contrato mediante o qual uma pessoa denominada Segurador, se obriga, mediante o recebimento de um prêmio, a indenizar outra pessoa, denominada Segurado, do prejuízo resultante de riscos futuros, previstos no contrato.

Sinistro

É a ocorrência do risco previsto no contrato (apólice).

Soçobramento

Embarcar; virar de borco.

Sub-rogação

É o direito que a lei confere ao Segurador, que pagou a indenização ao Segurado, de assumir seus direitos contra terceiros, responsáveis pelos prejuízos.

T**Taxa**

É o elemento necessário a fixação do prêmio.

Transbordo

Passar a carga de um meio de transporte para outro.

V**Valor econômico**

É a capacidade de um bem de ser trocado por outros bens ou por dinheiro.

Vício próprio ou intrínseco

É a condição natural de certas coisas, que as tornam suscetíveis de se destruir ou avariar, sem intervenção de qualquer causa externa.

Vistoria de Sinistro

Inspeção efetuada por peritos habilitados, após o sinistro, de modo a verificar e estabelecer os danos ou prejuízos sofridos pelo objeto segurado.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice I - Condições Gerais
Data/Hora de Criação:	22/02/2022 15:26:55
Páginas do Documento:	23
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	24
Hash MD5:	29165b5cc53acd4998fbeb6f68950d0bc
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:24:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 08/03/2022 às 15:32:30 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 08/03/2022 às 15:42:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:45:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 09/03/2022 às 09:00:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 09/03/2022 às 09:11:03 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Nº 3 - COBERTURA BÁSICA AMPLA (A)

1. Riscos Cobertos

1.1. A presente cobertura garante, ao Segurado, os prejuízos que venha a sofrer em consequência de todos os riscos de perda ou dano material sofridos pelo objeto segurado, descrito na apólice ou averbações, em consequência de quaisquer causas externas, exceto as previstas na Cláusula 2 (PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS).

1.2. O Seguro cobre ainda:

- a) sacrifício de avaria grossa e despesas de salvamento, ajustadas ou determinadas de acordo com o contrato de afretamento, a lei, e/ou usos e costumes aplicáveis, que as regulem, e que tenham sido incorridas para evitar perdas ou danos provenientes de qualquer causa, exceto as previstas na Cláusula 2 (PREJUÍZOS NÃO INDENIZÁVEIS);
- b) despesas que o Segurado venha a ser obrigado a pagar ao transportador, por força da Cláusula de “Colisão por Ambos Culpados”, constante do contrato de afretamento, como se fossem um prejuízo indenizável por este seguro.
 - b.1) Em caso de reclamação do transportador com base na referida Cláusula, o Segurado deverá notificar a Seguradora, que terá o direito, às suas próprias expensas, de defendê-lo contra tal reclamação; e
- c) despesas de remessa quando, como resultado da ocorrência de um risco coberto por este seguro, o trânsito Segurado terminar em um porto ou local que não seja o mesmo para o qual o objeto segurado estiver destinado; conforme previsto neste seguro, a Seguradora reembolsará, ao Segurado, quaisquer despesas extraordinárias devidas e razoavelmente incorridas com descarga, armazenagem e remessa do objeto segurado para o destino originalmente previsto no seguro.
 - c.1) O disposto na alínea “c” deste item 1.2 não se aplica a despesas de avaria grossa ou de salvamento, assim como não abrangerá as despesas resultantes de culpa, insolvência ou inadimplemento financeiro do Segurado ou seus empregados.

2. Prejuízos não indenizáveis

2.1. O presente seguro não cobre, em hipótese alguma, as perdas, danos e despesas, consequentes, direta ou indiretamente, de:

- a) atos ilícitos do Segurado, beneficiários e/ou de seus representantes ou prepostos;
- b) vazamento comum, perda e/ou diferença natural de peso ou de volume, e desgaste natural do objeto segurado;
- c) insuficiência ou inadequação de embalagem, ou preparação imprópria do objeto segurado;
 - c.1) para os fins desta alínea, inclui-se no conceito de embalagem o acondicionamento em “container” ou “liftvan”, quando tal acondicionamento for realizado antes do início da cobertura do presente seguro, ou quando feito pelo Segurado ou seus prepostos;
- d) vício próprio ou decorrente da natureza do objeto segurado;
- e) atraso, mesmo que este atraso seja causado por risco coberto, exceto despesas indenizáveis sob a alínea “a”, subitem 1.2, da Cláusula 1 - RISCOS COBERTOS;

- f) insolvência ou inadimplemento financeiro dos proprietários, administradores, fretadores ou operadores do navio ou aeronave;
- g) falta de condições de navegabilidade do navio ou embarcação, e/ou inaptidão do navio, da embarcação, da aeronave, do veículo, do container ou liftvan, ou de outro meio de transporte utilizado, para transportar, com segurança, o objeto segurado, se o Segurado ou seus prepostos tiverem conhecimento de tais condições de in navegabilidade ou inaptidão no momento em que o objeto segurado é embarcado. A Seguradora relevará qualquer violação das garantias implícitas de navegabilidade e aptidão para transportar com segurança o objeto segurado até o seu destino final, a menos que o Segurado ou seus prepostos tenham conhecimento dessa falta de condições de navegabilidade ou capacidade;
- h) uso de qualquer arma de guerra, fissão e/ou fusão, atômica ou nuclear, ou outra reação similar, ou força ou matéria radioativa;
- i) poluição, contaminação e perigo ambiental causados pelo objeto segurado;
- j) danos morais;
- k) multas, assim como obrigações fiscais e/ou judiciais;
- l) quaisquer eventos durante a permanência do objeto segurado nos armazéns de propriedade, administração, controle ou influência do Segurado, do embarcador, do consignatário, do destinatário, do despachante ou de seus agentes, representantes ou prepostos;
- m) ato terrorista, independente de seu propósito, quando reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade competente;
- n) armas químicas, biológicas, bioquímicas, eletromagnéticas e de ataque cibernético;
- o) falha ou mau funcionamento de qualquer equipamento e/ou programa de computador e/ou sistema de computação eletrônica de dados em reconhecer e/ou corretamente interpretar e/ou processar e/ou distinguir e/ou salvar qualquer data como a real e correta data de calendário, ainda que continue a funcionar corretamente após aquela data;
- p) aflatoxina, nos seguros de amendoim, castanhas, amêndoas, avelãs, nozes, soja e outros grãos;
- q) quebra de filamento, nos seguros de lâmpadas; e
- r) oxidação e ferrugem, nos seguros de arame, ferro, aço, zinco, folhas de flandres e metais em geral.
- s) variação de temperatura;
- t) paralisação de máquinas frigoríficas ou motores de refrigeração, por qualquer causa.

2.2. Salvo expressa estipulação na apólice, formalizada por inclusão de cláusula com a especificação da cobertura e pagamento de prêmio adicional, este seguro não cobre as perdas e danos, consequentes, direta ou indiretamente, de, ou causados por:

- a) transbordo e desvio de rota voluntários;
- b) guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou comoção civil resultantes das mesmas, ou qualquer ato de hostilidade de, ou contra, uma potência beligerante;
- c) captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção (exceto pirataria), e suas consequências, ou qualquer tentativa visando às mesmas;
- d) confisco, nacionalização, requisição ou apropriação antecipada;
- e) minas, torpedos e bombas abandonadas, ou outras armas de guerra abandonadas;
- f) grevistas, trabalhadores em “lock-out”, pessoas participantes de distúrbios trabalhistas, tumultos ou comoções civis;
- g) greve, “lock-outs”, distúrbios trabalhistas, tumultos ou comoções civis; e
- h) quebra, nos seguros de cristais e vidros.
- i) obrigações tributárias.

3. Início e Fim dos Riscos

3.1. Observados os riscos cobertos, a vigência desta cobertura se inicia no momento em que a mercadoria começa a ser carregada no lugar mencionado para o começo do trânsito, continua durante o seu curso ordinário e termina:

- a) com a sua entrega no armazém do Segurado e/ou do Consignatário, ou outro armazém, e/ou outro lugar de estocagem no destino indicado neste seguro;
- b) com a sua entrega em qualquer outro armazém ou lugar de estocagem, antes ou no destino indicado neste seguro, que o Segurado tenha escolhido para:
 - b.1) armazenamento diferente do usado no curso normal do trânsito; ou
 - b.2) colocação ou distribuição; ou
- c) ao fim de 60 (sessenta) dias após completada a descarga da mercadoria segurada no porto de destino final, nos casos de viagens internacionais, e ao fim de 30 (trinta) dias, nos casos de viagens nacionais;
- d) ao fim de 30 (trinta) dias após completada a descarga da mercadoria segurada no aeroporto final de descarga; ou
- e) ao fim de 30 (trinta) dias após a chegada do veículo terrestre à fronteira entre países, nos casos de viagens internacionais, e ao fim de 10 (dez) dias após a chegada do veículo terrestre à localidade de destino, em caso de viagens nacionais; ou
- f) com a venda ou transferência de direitos sobre o objeto segurado, antes do término da viagem, salvo estipulação em contrário; ou
- g) com o fato que primeiro ocorrer dentre as possibilidades previstas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” acima.

3.2. Se, após a descarga do navio no porto final de descarga, ou da aeronave no aeroporto final de descarga, ou do veículo terrestre no local de destino, mas antes do término deste seguro, a mercadoria tiver que ser entregue a outro destino que não seja aquele para o qual está segurada, este seguro, embora permaneça sujeito a terminação conforme retroprevisto, não se prorrogará além do início do trânsito para esse outro destino.

3.3. Este seguro continuará em vigor (sujeito a terminação, conforme retroprevisto, e às disposições do subitem 3.4, a seguir mencionado), durante demora, qualquer desvio, descarga forçada, reembarque ou transbordo, fora do controle do Segurado, e durante qualquer variação de viagem, oriunda do exercício de uma faculdade concedida aos armadores ou fretadores do navio pelo contrato de afretamento.

3.4. Se, por circunstância fora do controle do Segurado, o contrato de transporte vier a terminar num porto, aeroporto ou local que não seja o do destino aqui mencionado, ou se a viagem de outro modo terminar antes da entrega da mercadoria como previsto nesta Cláusula, o seguro também terminará, a menos que seja imediatamente comunicado à Seguradora, e que seja requerida a continuação da cobertura, caso em que o seguro permanecerá em vigor, sujeito ao pagamento de um prêmio adicional exigido pela Seguradora, até que:

- a) a mercadoria seja vendida e entregue em tal porto, aeroporto ou local, ou, salvo entendimento específico em contrário, até expirarem:
 - a.1) 60 (sessenta) dias, depois de completada a descarga da mercadoria do navio, em tal porto ou local, nos casos de viagens internacionais, e 30 (trinta) dias, nos casos de viagens nacionais, ou
 - a.2) 30 (trinta) dias depois de completada a descarga da mercadoria da aeronave, ou após a chegada do veículo terrestre à fronteira entre países ou, em caso de viagens terrestres nacionais, até expirarem 10 (dez) dias após a chegada do veículo terrestre ao local de destino;

- b) a mercadoria seja enviada, dentro do período de 60 (sessenta) dias, nos casos de viagens aquaviárias internacionais, ou 30 (trinta) dias, nos casos de viagens aquaviárias nacionais e de viagens aéreas (ou de qualquer prorrogação que for acordada); ou
- c) a mercadoria seja enviada dentro do período de 30 (trinta) dias, nos casos de viagens terrestres internacionais, ou 10 (dez) dias, nas viagens terrestres nacionais (ou de qualquer prorrogação que for acordada).

3.5. Nos seguros de remessas postais, o seguro começa a vigorar a partir do momento em que o objeto segurado é recebido pela agência postal, no lugar mencionado na apólice para o começo do trânsito, e continuará até ser entregue no endereço final citado na apólice ou, salvo disposição em contrário, com a venda ou transferência de direitos sobre o objeto segurado antes do término da viagem, não sendo aplicáveis os critérios estabelecidos nos subitens 3.1 a 3.4 acima.

3.6. Nos embarques de cimento, exclusivamente nos casos de viagens aquaviárias, a cobertura do risco vigora a partir do momento em que o objeto segurado começa a embarcar no cais ou à borda d'água, no local de início da viagem, com prazo de 60 (sessenta) dias de permanência nos armazéns do cais. Este seguro termina no armazém alfandegário do porto de destino, com prazo de 60 (sessenta) dias de permanência nos armazéns do cais, ou, salvo estipulação em contrário, com a venda ou transferência de direitos sobre o objeto segurado antes do término da viagem.

4. Liquidação de Sinistros

Em complemento ao previsto na Cláusula XVI (LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS) das Condições Gerais, fica entendido e acordado que os documentos básicos necessários à liquidação dos sinistros são:

DOCUMENTOS	MEIOS DE TRANSPORTES/ MODALIDADES DE SEGUROS TRANSPORTES								
	Aq			T			Ae		
	N	I	E	N	I	E	N	I	E
Aviso de Sinistro.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Cópia da Apólice.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Averbação do Seguro (no caso de apólices de averbação).	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Certificado de Vistoria emitido por comissário de avaria autorizado pela Seguradora.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Cópia da vistoria aduaneira.		x			x			x	
Conhecimento de Embarque (via original ou cópia autenticada - frente e verso), no caso de transporte efetuado por terceiros.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Notas Fiscais, Faturas e Packing List - descrição detalhada da Fatura - (via original ou cópia autenticada).	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Manifesto de Carga (via original ou cópia autenticada), no caso de transporte efetuado por terceiros.	x			x	x	x	x		

Protesto (carta de reclamação e/ou ressalva efetuada no documento de transporte) dirigido ao (s) responsável (is) pelas avarias (transportador e/ou depositário) e respectiva resposta.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Carta protocolizada, convocando o (s) responsável (is) pelas avarias (transportador e/ou depositário) para participar da vistoria conjunta das mercadorias ressalvadas.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Certificado do transportador confirmando o extravio, se for o caso.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Orçamento detalhado, no caso de haver recuperação dos bens sinistrados.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Comprovante das despesas de socorro e salvamento da carga avariada, se for o caso.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Cópia do Certificado de Propriedade do Veículo Transportador e Bilhete de Seguro Obrigatório (DPVAT), se o veículo for registrado no Brasil, caso contrário, os documentos equivalentes.				x	x	x			
Cópia dos documentos do motorista do veículo transportador terrestre: R.G., C.N.H. e C.P.F.				x	x	x			
Declaração de Importação/Exportação.		x	x		x	x		x	x
DTA (Declaração de Trânsito Aduaneiro).		x	x		x	x		x	x
Certidão de abertura do inquérito policial da ocorrência, se cabível.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Inquérito da Capitania dos Portos ou de autoridade semelhante (se o sinistro ocorrer fora do território brasileiro), quando tratar-se de naufrágio, abaloamento ou colisão.	x	x	x						
Certidão do Laudo Pericial, expedido pela Perícia Técnica, se o caso indicar.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Declaração do Segurado, informando a inexistência de avaria particular, no caso de Avaria Grossa.	x	x	x						
Certificado de faltas e avarias do porto ou documento equivalente.	x	x	x						
Certificado de faltas e avarias do aeroporto ou documento equivalente.							x	x	x
Guia de recolhimento dos impostos.	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Certificado de origem, qualidade, ou da Saúde Pública, se o caso indicar.	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Notas:

1ª - Meios de Transportes

Aq = Aquaviário

T = Terrestre

Ae = Aéreo

2ª - Modalidades de Seguros Transportes

N = Nacional

I = Importação

E = Exportação

5. Salvados

5.1. Em complemento ao previsto na Cláusula XIX (SALVADOS) das Condições Gerais, fica entendido e acordado que o abandono do objeto segurado à Seguradora somente poderá ser feito nos seguintes casos:

- a) naufrágio ou in navegabilidade da embarcação transportadora, em consequência de risco coberto, se a partir da data do naufrágio ou da declaração de in navegabilidade, tiver decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem que o objeto segurado tenha sido transportado ao local de destino, ou reiniciado o transporte em outra embarcação ou outro meio de transporte;
- b) falta de notícias da embarcação ou aeronave em que for carregado o objeto segurado, depois de decorridos 6 (seis) meses nas viagens internacionais e 3 (três) meses nas demais viagens, contados esses prazos da data das últimas notícias recebidas;
- c) perda ou dano material sofrido pelo objeto segurado em consequência de perda total, conforme definido na Cláusula XVIII (PERDA TOTAL) das Condições Gerais.

5.2. Nos casos acima especificados, poderá a Seguradora optar entre a aceitação do abandono, ou a indenização por perda total sem transferência da propriedade do objeto segurado.

6. Franquia

Esta cobertura está sujeita a uma franquia, nos termos da Cláusula Específica de Franquia.

7. Ratificação

Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice II - Cobertura Básica Ampla A
Data/Hora de Criação:	22/02/2022 15:27:22
Páginas do Documento:	6
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	7
Hash MD5:	dc32ac39743d89d5fcee62cddbdc7
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:24:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 08/03/2022 às 15:32:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 08/03/2022 às 15:42:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:45:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 09/03/2022 às 09:00:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 09/03/2022 às 09:11:03 no horário oficial de Brasília.

Documento Anexo II ao Edital de Basicos Anpla Pagina 14/8 Hash MD5: 626327d39743d89d51c2e762ad656d7c7

Nº 201 – COBERTURA ADICIONAL DE DESPESAS

1. Riscos Cobertos

1.1. Fica entendido e acordado que, mediante pagamento de prêmio adicional e discriminação de verba própria na apólice ou averbação, a cobertura contratada se estenderá às despesas direta e exclusivamente vinculadas às operações de transporte, como despacho, desembarço e traslado do objeto segurado, em virtude da ocorrência de danos materiais aos bens segurados, em consequência de qualquer um dos riscos garantidos pelas coberturas contratadas, e desde que a Seguradora tenha indenizado ou reconhecido a responsabilidade do segurado com relação a esses danos.

2. Prejuízos não indenizáveis

Além dos prejuízos não indenizáveis previstos na Cobertura Básica contratada, não se admitem, como despesas seguráveis, aquelas relativas a custos financeiros de quaisquer espécie, ainda que exigidos em Carta de Crédito.

3. Liquidação de Sinistros

Além das regras para liquidação de sinistros constantes das Condições Gerais e Cobertura Básica contratada, deverá ser observado que, se o valor segurado a título de despesas for superior a 10 % do valor do objeto segurado, obriga-se o Segurado a comprovar a integral efetivação dessas despesas, por meio de documentos hábeis, que serão exigidos por ocasião da regulação do sinistro.

4. Franquia

Esta cobertura está sujeita a uma franquia, nos termos da Cláusula Específica de Franquia.

5. Ratificação

Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 206 - COBERTURA ADICIONAL PARA EMBARQUES AÉREOS SEM VALOR DECLARADO

1. Riscos Cobertos

Fica entendido e acordado que, mediante pagamento de prêmio adicional, fica expressamente revogada a limitação da responsabilidade da Seguradora àquela prevista para os transportadores aéreos pela Convenção de Varsóvia ou Código Brasileiro de Aeronáutica, nos casos de embarques aéreos sem valor declarado no conhecimento de embarque.

2. Franquia

Esta cobertura está sujeita a uma franquia, nos termos da Cláusula Específica de Franquia.

3. Ratificação

Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 208 - COBERTURA ADICIONAL PARA CLASSIFICAÇÃO DE NAVIOS EM VIAGENS INTERNACIONAIS

1. Riscos Cobertos

1.1. Fica entendido e acordado que, mediante pagamento de prêmio adicional, a cobertura contratada se estenderá aos embarques marítimos de mercadorias embarcadas em navios que:

- a) estejam excluídos da 1ª Classe das Sociedades de Classificação reconhecidas, ou sejam classificados por Sociedades de Classificação não reconhecidas; ou
- b) tenham mais de 20 anos (contar a partir do ano de construção do navio, conforme seu registro de classificação) ou sejam de idade desconhecida; ou
- c) tenham menos de 1.000 Toneladas de Arqueação Bruta -TAB; ou
- d) não tenham autopropulsão; ou
- e) sejam construídos com outros materiais que não sejam ferro ou aço; ou
- f) sejam utilizados em linhas regulares de características desconhecidas.

1.2. Para fins desta cobertura, são consideradas Sociedades de Classificação reconhecidas:

Lloyd's Register; American Bureau of Shipping; Bureau Veritas; China Classification Society; Germanischer Lloyd; Korean Register of Shipping; Maritime Register of Shipping; Nippon Kaiji Kyokai; Norske Veritas; Registro Italiano.

2. Franquia

Esta cobertura está sujeita a uma franquia, nos termos da Cláusula Específica de Franquia.

3. Ratificação

Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 209 - COBERTURA ADICIONAL DE TRANSBORDO E DESVIO DE ROTA

1. Riscos Cobertos

Fica entendido e acordado que, mediante pagamento de prêmio adicional, a cobertura contratada se estenderá aos casos voluntários de transbordo, desvio de rota, alteração nas escalas, interrupção e prolongamento da viagem, desde que tais fatos sejam comunicados, à Seguradora, tão logo deles tenha conhecimento o Segurado.

2. Franquia

Esta cobertura está sujeita a uma franquia, nos termos da Cláusula Específica de Franquia.

3. Ratificação

Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 210 - COBERTURA ADICIONAL DE RISCOS DE GREVES

1. Riscos Cobertos

1.1. Fica entendido e acordado que, mediante pagamento de prêmio adicional, a Seguradora toma, a seu cargo, as perdas e danos, que sobrevenham ao objeto segurado, causados por:

- a) grevistas, “lock-out”, pessoas participando em distúrbios trabalhistas, tumultos ou comoções civis; ou
- b) ato terrorista, independente de seu propósito, quando reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade competente.

1.2. Este seguro cobre ainda avaria grossa e despesas de salvamento, ajustadas ou determinadas de acordo com o contrato de afretamento e/ou a lei e costumes brasileiros que as regulem, e que tenham sido incorridas para evitar a perda proveniente de um risco coberto por esta cobertura adicional.

2. Prejuízos não indenizáveis

Além das exclusões constantes da Cobertura Básica contratada, o presente seguro não cobre, em hipótese alguma, as perdas, danos e despesas conseqüentes, direta ou indiretamente, de:

- a) má conduta intencional do Segurado;
- b) falta total, parcial ou obtenção de mão-de-obra de qualquer natureza que seja resultante de qualquer greve, “lock-out”, distúrbio trabalhista, tumulto ou comoção civil;
- c) qualquer reclamação com base na perda ou frustração da viagem ou aventura; e
- d) guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição, ou comoção civil resultantes das mesmas, ou qualquer ato de hostilidade de, ou contra, uma potência beligerante.

3. Franquia

Esta cobertura está sujeita a uma franquia nos termos da Cláusula Específica de Franquia.

4. Ratificação

Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 211 - COBERTURA ADICIONAL DE RISCOS DE GUERRA PARA EMBARQUES AQUAVIÁRIOS E AÉREOS

1. Riscos Cobertos

Fica entendido e acordado que, mediante pagamento de prêmio adicional, a Seguradora toma, a seu cargo, as perdas e danos que sobrevenham ao objeto segurado, causados por:

- a) guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição, ou comoção civil resultantes das mesmas, ou qualquer ato de hostilidade de, ou contra, uma potência beligerante;
- b) captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção, decorrentes de riscos cobertos na alínea “a” anteriormente mencionada, e suas conseqüências, ou qualquer tentativa visando às mesmas; e
- c) minas, torpedos e bombas abandonadas, ou outras armas de guerra abandonadas.

1.2. Para os embarques aquaviários, este seguro cobre ainda avaria grossa e despesas de salvamento, ajustadas ou determinadas de acordo com o contrato de afretamento e/ou a lei e costumes brasileiros que as regulem, e que tenham sido incorridas para evitar perdas ou danos provenientes de risco coberto por esta cobertura adicional.

2. Prejuízos não indenizáveis

Além das exclusões constantes das Condições Gerais e Cobertura Básica contratada, o presente seguro não cobre, em hipótese alguma, as perdas, danos e despesas conseqüentes, direta ou indiretamente, de qualquer reclamação com base na perda ou frustração da viagem ou aventura.

3. Início e Fim dos Riscos

3.1. Observados os riscos cobertos, esta cobertura:

- a) inicia-se somente quando o objeto segurado ou parte dele estiver carregado no navio ou aeronave para o começo do trânsito segurado; e
- b) termina, sujeito ao disposto nos subitens 3.2 e 3.3 seguintes, quando o objeto segurado ou parte dele for descarregado do navio ou aeronave, no porto ou aeroporto final, ou local de descarga, ou ao fim de 15 dias, contados da meia-noite do dia da chegada do navio ou aeronave ao porto ou aeroporto final ou local de descarga, seja o que primeiro ocorrer; contudo, sujeito a aviso imediato dado à Seguradora, e ao pagamento de prêmio adicional;
- c) reinicia quando, sem ter descarregado o objeto segurado no porto ou aeroporto final, ou local de descarga, o navio, ou aeronave, partir daquele local; e
- d) termina, sujeito ao disposto nos subitens 3.2 e 3.3 seguintes, quando o objeto segurado, ou parte dele, for depois disso descarregado do navio ou aeronave, no porto ou aeroporto final (ou substituto), ou no local de descarga, ou ao fim de 15 dias contados da meia-noite do dia da “chegada” do navio ou aeronave ao porto,

aeroporto ou local de descarga, ou da chegada do navio ou da aeronave, ao porto, aeroporto ou local de descarga substituto, seja o que primeiro ocorrer.

3.2. Se, durante a viagem segurada, o navio ou aeronave chegar a um porto, aeroporto ou local de descarga intermediário, para descarregar o objeto segurado para redespacho por navio ou por aeronave, ou se as mercadorias forem carregadas do navio ou aeronave num porto, aeroporto ou local de refúgio, então, sujeito ao disposto no subitem 3.3 e a um prêmio adicional, se solicitado, este seguro continuará em vigor até a expiração de 15 dias contados da meia-noite do dia da chegada do navio ou aeronave ao porto, aeroporto ou local, mas reinicia quando o objeto segurado ou parte dele estiver embarcado para o redespacho no navio ou aeronave. Durante o período de 15 dias, o seguro permanecerá em vigor após a descarga somente quando o objeto segurado ou parte dele estiver em tal porto, aeroporto ou local intermediário. Se as mercadorias forem redespachadas dentro do período de 15 dias ou se o seguro recomear, conforme o disposto neste subitem 3.2, este seguro continuará, sujeito aos termos destas Cláusulas, quando o redespacho for por navio ou aeronave.

3.3. Se a viagem no contrato de transporte terminar num outro porto, aeroporto ou local que não seja o de destino aqui mencionado, tal porto, aeroporto ou local será considerado como porto final de descarga e este seguro terminará de acordo com o disposto na alínea “b” do subitem 3.1. Se o objeto segurado for subsequenteemente reembarcado para o destino original, ou qualquer outro destino, então, desde que seja dado aviso à Seguradora antes do início deste outro trânsito e, sujeito a um prêmio adicional, este seguro recomeará:

- a) no caso de o objeto segurado ter sido descarregado, no todo ou em parte, quando já estiver embarcado, para viagem, no navio ou aeronave, para redespacho;
- b) no caso de o objeto do segurado não ter sido descarregado, quando o navio ou aeronave partir de tal porto ou aeroporto de descarga, considerado final; após o que tal seguro terminará de acordo com o disposto na alínea “d” do subitem 3.1.

3.4. O seguro contra os riscos de minas e torpedos abandonados, flutuantes ou submersos, nos casos de embarques aquaviários, se estende para cobrir o objeto segurado quando este estiver em uma embarcação em trânsito do, ou para qualquer, navio, mas em hipótese alguma se estenderá além do limite de 60 (sessenta) dias após a descarga do navio, a menos que de outro modo tenha sido especialmente concordado pela Seguradora.

3.5. Sujeito a aviso imediato dado à Seguradora e a um prêmio adicional, se exigido, este seguro continuará em vigor dentro das disposições destas Cláusulas, durante qualquer desvio, ou qualquer variação da viagem oriunda do exercício de uma faculdade concedida aos armadores ou fretadores do navio pelo contrato de fretamento, ou aos transportadores aéreos pelo contrato de transporte.

3.6. Para os fins desta Cláusula 3 - Início e Fim dos Riscos, “chegada” será considerado como significando um navio que está ancorado, amarrado, ou de outro modo preso num ancoradouro ou local dentro da área portuária. Se tal ancoradouro ou local não estiver disponível, “chegada” será considerada como ocorrida quando o navio primeiramente ancorar, amarrar ou de outro modo ficar seguro no, ou fora do porto, ou local de descarga pretendido; e “navio” será considerado como significando um navio transportando o objeto segurado de um porto ou local para outro quando tal viagem envolver uma passagem marítima por aquele navio.

3.7. Nos seguros de remessas postais, observados os riscos cobertos, o seguro se inicia somente quando o objeto segurado ou parte dele sai da agência postal no lugar mencionado na apólice para o começo do trânsito e

continua, excluído qualquer período em que o objeto esteja em local de embalagem/ armazenagem, até os endereços do destino final citados na apólice, não sendo aplicáveis os critérios estabelecidos nos subitens 3.1 a 3.6 desta Cláusula.

4. Franquia

Esta cobertura está sujeita a uma franquia nos termos da Cláusula Específica de Franquia.

5. Ratificação

Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 212 - COBERTURA ADICIONAL DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE DURAÇÃO DOS RISCOS

1. Riscos Cobertos

Fica entendido e acordado que, mediante prévia solicitação e pagamento de prêmio adicional, os prazos de cobertura, previstos na Cobertura Básica contratada, poderão ser prorrogados, se a permanência das mercadorias por um período maior depender do Segurado.

2. Franquia

Esta cobertura está sujeita a uma franquia, nos termos da Cláusula Específica de Franquia.

3. Ratificação

Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 301 - CLÁUSULA ESPECÍFICA PARA BENS USADOS

1. Fica entendido e acordado que, salvo estipulação expressa contida na apólice, a cobertura para bens usados limitar-se-á à Cobertura Básica Restrita C – Nº 1.
2. Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 302 - CLÁUSULA ESPECÍFICA PARA EMBARQUES AÉREOS SEM VALOR DECLARADO

1. Fica entendido e acordado que a cobertura contratada se estenderá aos embarques aéreos de mercadorias sem valor declarado no conhecimento de embarque.
2. Salvo estipulação expressa contida na apólice, o limite máximo de indenização da Seguradora ficará reduzido ao valor correspondente à responsabilidade do transportador aéreo, conforme previsto no item 2 do artigo 22 da Convenção de Varsóvia (Convenção para Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional - Varsóvia, 12 de outubro de 1929), assim como no Código Brasileiro de Aeronáutica.
3. Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 304 - CLÁUSULA ESPECÍFICA PARA EMBARQUES EFETUADOS NO CONVÉS DOS NAVIOS

1. Fica entendido e acordado que, salvo estipulação expressa contida na apólice, a cobertura para os embarques efetuados no convés dos navios, cujos conhecimentos de embarques contenham a cláusula "LOAD ON DECK AT SHIPPERS RISK" (mercadorias embarcadas no convés sob responsabilidade do embarcador), ficará limitada à Cobertura Básica Restrita C - Nº 1.

2. Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 308 - CLÁUSULA ESPECÍFICA DE AVERBAÇÕES PARA OS SEGUROS TRANSPORTES DE EXPORTAÇÃO E TRANSPORTES NACIONAIS

1. Fica expressamente estipulado, pela presente, que esta apólice garante, de acordo com suas Condições Gerais, e contra os riscos constantes das Condições Especiais, ratificadas na apólice, os embarques comunicados, à Seguradora, por meio de averbações.

2. As averbações serão, obrigatoriamente, remetidas à Seguradora antes do início dos riscos com os seguintes esclarecimentos relativos ao embarque:

- a) número da apólice;
- b) número seqüencial atribuído à averbação;
- c) identificação do(s) meio (s) de transporte, pelo nome do navio, do número da placa do veículo e do prefixo da aeronave ou do trem;
- d) número da fatura comercial;
- e) data da saída do meio de transporte;
- f) porto, aeroporto ou lugar de início da viagem segurada;
- g) porto, aeroporto ou lugar de destino da viagem segurada;
- h) marca, número, quantidade e espécie do objeto segurado;
- i) moeda da contratação do seguro;
- j) verbas seguradas e valor total da importância segurada, na moeda original, quando se tratar de seguro de exportação contratado em moeda estrangeira, ou em reais, no caso de seguro em moeda nacional;
- k) coberturas do seguro, devendo ser considerada a possibilidade de contratação da Cobertura Básica Restrita C - Nº 1 no que concerne a mercadorias usadas ou embarcadas no convés.

3. São nulas, e reputam-se não escritas, quaisquer estipulações feitas nas averbações que sejam contrárias as Condições Gerais e Especiais contratadas.

4. O não cumprimento de quaisquer das condições estabelecidas nesta cláusula implica a perda do direito à cobertura concedida por esta apólice.

5. Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 312 - CLÁUSULA ESPECÍFICA PARA APARELHOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

1. Limite de Máximo de Indenização

Fica entendido e acordado que, no caso de perda ou dano de quaisquer partes ou peças componentes de máquinas e equipamentos, cujo risco esteja coberto por esta apólice, a indenização não excederá o custo da substituição ou dos reparos necessários, excluídas as despesas de frete e direitos alfandegários, salvo se tais despesas se acharem incluídas na importância segurada.

2. Prejuízos não Indenizáveis

Além das exclusões constantes das Condições Gerais e Condições Especiais, ratificadas na apólice, esta cobertura não abrange, em hipótese alguma, reclamações decorrentes de:

- a) demora no reparo ou na substituição de peças avariadas ou inutilizadas;
- b) desarranjo mecânico; e
- c) desarranjo elétrico.

3. Ratificação

Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.

Nº 314 - CLÁUSULA ESPECÍFICA PARA MERCADORIAS TRANSPORTADAS EM CONTAINERS “PADRÃO ISO”

1. Fica entendido e acordado que o desconto concedido no custo das Coberturas Básicas e Adicionais, pelo transporte das mercadorias em “containers”, está condicionado ao transporte “porta a porta” da carga segurada, assim como a construção e manipulação dos “containers”, estar de acordo com os padrões ISO (International Standard Organization).

2. A inobservância desta obrigação implicará, em caso de sinistro, a redução da indenização a que o Segurado teria direito, na hipótese de não haver cumprido o disposto no parágrafo acima, na mesma proporção do custo pago para o que seria devido se não tivesse concedido o respectivo desconto.

3. Ratificam-se todos os termos das Condições Gerais deste seguro que não tenham sido alterados por esta cobertura.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice III - Coberturas Adicionais
Data/Hora de Criação:	22/02/2022 15:27:46
Páginas do Documento:	16
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	17
Hash MD5:	8a57456ec35bffbbaad2ecaecde9f79f9
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:24:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 08/03/2022 às 15:32:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 08/03/2022 às 15:42:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:45:39 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 09/03/2022 às 09:00:13 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 09/03/2022 às 09:11:03 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Seguro: CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA
Estrada Alfredo Rocha, nº 495 – Ilha do Governador- Rio de Janeiro – RJ
CEP: 21941-580 CNPJ: 00.394.429/0045-21

Seguradora: Apólice nº :

Objeto do Seguro

A presente apólice tem por objetivo garantir, até o limite da importância segurada contratada e de acordo com as condições contratuais deste seguro, o pagamento da indenização ao Segurado por prejuízos devidamente comprovados, decorrentes dos riscos cobertos, ocorridos aos bens ou materiais pertencentes à Força Aérea Brasileira ou sob sua responsabilidade, exportados pelo segurado, constando normalmente de:

- a) Suprimento de aviação;
- b) Componentes de aeronaves;
- c) Equipamentos de apoio solo; e
- d) Materiais perigosos (explosivos, tóxicos, inflamáveis, etc.), conforme designação constante da Seção IV do Manual da IATA (INTERNATIONAL ASSOCIATION TRANSPORT AIR).

Importância Segurada

A Importância segurada corresponderá ao valor do objeto segurado. Entende-se como valor segurado, o valor de custo constante na fatura comercial ou/ nota Fiscal e/ou documento equivalente acrescido do frete, podendo abranger também a seguinte verba, desde que ratificada através de cobertura adicional e discriminada verba própria na averbação, observados ainda a Cláusula XVI – “Liquidação de Sinistro”, das Condições Gerais (Apêndice I do Termo de Referência), que condiciona à comprovação do valor do objeto segurado.

Prazo do Seguro

Das 24 horas do dia / / às 24 horas do dia / /

Limite de Responsabilidade por Evento

Fica estabelecido o limite de US\$ 2.750.000,00 (dois milhões setecentos e cinquenta mil dólares norte americanos), equivalentes em moeda nacional, como a responsabilidade máxima da seguradora em cada meio de transporte/viagem ou por acumulação em portos ou locais de início.

(Continuação do Apêndice IV do Termo de Referência do processo de contratação de Seguro do CTLA.....)

Os embarques com valor superior ao limite acima estipulado somente estarão cobertos mediante consulta prévia a esta Seguradora, por escrito, com antecedência mínima de 72 horas do início dos riscos e após expressa autorização do IRB Brasil Resseguros S.A.

Viagens

De quaisquer localidades do Brasil para o exterior, compreendendo os percursos complementares Marítimos e/ou Aéreos e/ou Terrestres (Rodoviários e Ferroviários) e à permanência dos bens segurados na área portuária pelo prazo de 60 (sessenta) dias, quando se tratar de porto marítimo e por período não superior a 30 (trinta) dias, quando se tratar de aeroporto, ambos contados da data de descarga, encerrando-se a cobertura no local de destino com a entrega das mercadorias no estabelecimento do destinatário ou outro armazém mencionado na averbação. Cabe ressaltar que a maior demanda de destinos de transporte internacional das cargas a serem exportadas pelo CTLA compreendem os portos e aeroportos dos EUA, Reino Unido, Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Espanha, Suécia, Israel e Rússia

Nos casos em que as localidades de destino estejam em conflito, a cobertura será encerrada quando ocorrer o término da permanência da mercadoria transportada na área portuária ou aeroportuária dos países de destino.

Meio de Transporte

Navios devidamente classificados e/ou aeronaves de linhas regulares e/ou veículos.

Riscos Cobertos

Consideram-se riscos cobertos os prejuízos que o segurado venha a sofrer em consequência de todos os riscos de perda ou dano material sofridos pelo objeto segurado, em consequência de quaisquer causas externas de conformidade com a Cobertura Básica Ampla (A) (Apêndice II do Termo de Referência), Coberturas Adicionais e Cláusulas Específicas contratadas (Apêndice III do Termo de Referência).

Taxas

De conformidade com a(s) constante(s) na proposta ao Segurado e abaixo ratificada(s) e transcrita(s):

Pagamento de Prêmio

Os prêmios serão pagos pela Seguradora dentro dos prazos estabelecidos na Cláusula XII – “Pagamento do Prêmio”, das Condições Gerais da apólice (Apêndice I do Termo de Referência).

Averbações

Os embarques deverão ser comunicados à Seguradora antes do início dos riscos, através de averbação, utilizando-se de formulários padronizados, embarque por embarque, de acordo com a Cláusula Específica de Averbações para os Seguros de Transporte de Exportação (Apêndice V do Termo de Referência).

Franquia

O segurado ficará com isenção total de franquia.

Vistorias

Deverão ser requeridas a esta companhia, observadas as disposições da alínea “e” da Cláusula XXIII (Obrigações do Segurado) das Condições Gerais (Apêndice I do Termo de Referência)

Pagamento dos Sinistros

Os sinistros cobertos pela presente apólice serão pagos em até 30(trinta) dias, após a apresentação dos documentos comprobatórios e necessários a sua verificação, de acordo com as Cláusulas “Liquidação de Sinistros”, das Condições Gerais (Apêndice I do Termo de Referência) e Cobertura Básica Ampla (A) (Apêndice II do Termo de Referência).

Moeda do Seguro

Para atender as normas as quais o Segurado está sujeito e por ser um órgão de administração público direta, e considerando, ainda, que as mercadorias e materiais transportados não têm caráter comercial, este seguro é contratado em Reais.

Bens Usados

Para mercadorias Usadas será concedida Cobertura Ampla A. Para a concessão da cobertura, deverão ser seguidas as seguintes condições:

- a) que nas respectivas averbações conste a declaração “material usado”;
- b) que o valor consignado aos bens usados na nota fiscal e/ou conhecimento de embarque e/ou documento equivalente utilizado pela Força Aérea Brasileira, seja o de valor atual, isto é, o valor do bem depreciado, no estado;
- c) que fica assegurado à Seguradora, em qualquer tempo e circunstância, verificar a exatidão dos valores atribuídos a tais bens; e
- d) que a diferença apurada a maior, se houver, será considerada como parceira não indenizável;
- e) que esta cobertura pode ser cancelada ao se constatar o não cumprimento das condições aqui pactuadas, passando, então, a prevalecer os termos da Cláusula nº 301 – “CLÁUSULA ESPECÍFICA PARA BENS USADOS” (Apêndice III do Termo de Referência).

Declaração

O presente seguro é isento de Imposto de Operações Financeiras, nos termos da Resolução nº 619 de 29/05/1990, do Banco Central do Brasil, divulgada no D.O. de 30/05/1980, de acordo com a Seção I, página 10.806, bem como do custo de apólice, conforme Resolução nº 12/80, do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros

Aplicam-se a esta apólice as disposições contidas no Termo de Referência nº XX/2021 do CTLA, no Edital nº /2021 da XXXX, na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Condições / Cláusulas Aplicáveis

Ratificam-se os dizeres das Condições Particulares ora datilografadas, as quais, no caso de conflito e/ou divergência, prevalecem sobre as Condições Adicionais e Cláusulas Específicas, e estas por sua vez, prevalecem sobre as Condições Gerais impressas na apólice.

Fazem parte Integrante e inseparável deste contrato de seguro:

- Condições Gerais do Seguro de Transportes (Apêndice I do Termo de Referência).
- Nº 3 – Cobertura Básica Ampla (A) (Apêndice II do Termo de Referência).
- Nº 201 – Cobertura Adicional de Despesas (Apêndice III do Termo de Referência).
- Nº 205 – Cobertura adicional para Mercadorias em Devolução ou Redespachadas (Apêndice III do Termo de Referência).

(Continuação do Apêndice IV do Termo de Referência do processo de contratação de Seguro do CTLA.....)

- Nº 206 – Cobertura Adicional para Embarques Aéreos Sem Valor Declarado (Apêndice III do Termo de Referência).
- Nº 208 – Cobertura Adicional para Classificação de Navios em Viagens Internacionais (Apêndice III do Termo de Referência).
- N 209 – Cobertura Adicional de Transbordo e Desvio de Rota (Apêndice III do Termo de Referência).
- N 210 – Cobertura Adicional de Riscos de Greve (Apêndice III do Termo de Referência).
- Nº 211 - Cobertura adicional de riscos de guerra para embarques aquaviários e Aéreos (Apêndice III do Termo de Referência).

- Nº 212 – Cobertura Adicional de Prorrogação de Prazo de Duração dos Riscos (Apêndice III do Termo de Referência).
- Nº 301 – Cobertura Específica para Bens Usados (Apêndice III do Termo de Referência).
- Nº 302 - **Cláusula específica para embarques aéreos sem valor declarado** (Apêndice III do Termo de Referência).
- Nº 304 – Cláusula Específica para Embarques efetuados no Convés dos Navios (Apêndice III do Termo de Referência).
- Nº 308 – Cláusula Específica de Averbações para os Seguros de Transportes de Exportação e Transportes Nacionais (Apêndice III do Termo de Referência).
- Nº 312 – Cláusula Específica para Aparelhos, Máquinas e Equipamentos (Apêndice III do Termo de Referência).
- Nº 314 Cláusula Especifica para Mercadorias Transportadas em Contêiners “Padrão ISO” (Apêndice III do Termo de Referência).



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice IV - Espelho da Apólice Internacional
Data/Hora de Criação:	22/02/2022 15:28:18
Páginas do Documento:	4
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	5
Hash MD5:	9bd0bd663990e9d7e50ede534bd486d1
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:24:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 08/03/2022 às 15:32:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 08/03/2022 às 15:42:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:45:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 09/03/2022 às 09:00:11 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 09/03/2022 às 09:11:03 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

AVERBAÇÃO

SEGURO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL - EXPORTAÇÃO

Uso da Seguradora

Carteira	Data Recebimento	Controle	
Seguradora	Nº Controle	Nº Averbação	
Segurado			
CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA			
Tipo de Transporte	Nome do Navio/Transportador ou da Companhia Aérea e Nº do Voo	AWB	
() COM Valor Declarado (X) SEM Valor Declarado			

Viagem Segurada

Origem (Endereço/Porto/Cidade/Estado/País) CTLA / Rio de Janeiro - RJ - BR	Data de Saída	Cod. Início
Destino (Endereço/Porto/Cidade/Estado/País)		Cod. Destino

Objeto do Seguro

MARCAS / DOCUMENTO	Quantidade	Embalagem	
Mercadoria		Cód. da Embalagem	
		Cód. da Mercadoria (tab)	
Garantias	Franquia %	Cód. Garantia	Cond. Obrigatórias
Cód. da Moeda		Câmbio da Moeda do Seguro/Data	Valor Mercadoria – US\$
			Cód. da Moeda do Prêmio Total

Valores Segurados - Prêmio

Itens	Verbas Moeda do Segurado - R\$	Taxa (%)			Prêmio de Seguro
		Básica	Adic.	GTM/GMCC	
Custo		0,000000%	0,000%	0,000%	
Frete		0,000000%	0,000%	0,000%	
Moeda do Seguro em R\$	Total das Verbas	Seguradas (Custo + Frete)			Prêmio Total Líquido
		Prêmio Líquido		Comercial (CIF)	
Class. Do Navio	SC	Classe	Idade	Outros	De Class. Do Navio

Uso da Seguradora

Importador	Carimbo e Recebimento da Seguradora
Local e Data	
Assinatura do Segurado	



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice V - Averbação Exportação
Data/Hora de Criação:	22/02/2022 15:28:54
Páginas do Documento:	1
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	2
Hash MD5:	82caeb803e5144e1572b2ca01bc91e3a
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:24:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 08/03/2022 às 15:32:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 08/03/2022 às 15:42:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:45:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 09/03/2022 às 09:00:10 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 09/03/2022 às 09:11:03 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

DECLARAÇÃO DE PREÇO

EMPRESA: (RAZÃO SOCIAL)

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2022 - XXX

PREZADO SENHORES,

Após examinar todas as cláusulas e condições estabelecidas no Edital em referência, apresentamos nossa proposta nos termos consignados no mencionado Ato Convocatório e seus Anexos com os quais concordamos plenamente.

Nossa proposta é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da mesma, sendo o preço ofertado firme e irrevogável durante este prazo.

Informamos que estão inclusos nos preços ofertados todos os tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, sendo de nossa inteira responsabilidade os que por ventura venham a ser omitidos na proposta ou incorretamente cotados.

O PREÇO TOTAL de nossa proposta correspondente a Taxa Única para a contratação dos seguros, para cobertura dos riscos de transportes aos quais estão sujeitos, os materiais e equipamentos da Força Aérea Brasileira ou aqueles sob a sua responsabilidade, quando em viagens, para atender a demanda do Centro de Transporte logístico da Aeronáutica conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº /2022 é de _____% (POR EXTENSO), para o ITEM 1, e _____% (POR EXTENSO) para o ITEM 2, conforme PROPOSTA DE PREÇOS em anexo a esta Declaração.

(Local) _____ de _____ de _____

(REPRESENTANTE LEGAL)
(CPF E RG)
(ENDEREÇO/ENDEREÇO ELETRÔNICO)
(TELEFONE/FAX/E-MAIL)



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice VI - Declaração de Preços
Data/Hora de Criação:	22/02/2022 15:29:28
Páginas do Documento:	1
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	2
Hash MD5:	c9505e3fc8b701475ff7e92f9909da86
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:24:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 08/03/2022 às 15:32:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 08/03/2022 às 15:42:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:45:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 09/03/2022 às 09:00:10 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 09/03/2022 às 09:11:02 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA
PROPOSTA DE PREÇO
SEGURO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL

PERCURSOS	Estimativa para Importância Segurada Anual (IS) (US\$)	Taxa Única (%)
DE CARGA COMUM SEGURO EM TRANSPORTE INTERNACIONAL (EXPORTAÇÃO)	20.066.770,67	0,XX
DE CARGA PERIGOSA SEGURO EM TRANSPORTE INTERNACIONAL (EXPORTAÇÃO)	4.358.447,21	0,XX

Observações:

- O preço apresentado no sistema eletrônico – COMPRASNET corresponderá a TF, o qual será convertido em percentual, conforme abaixo exemplificado:

- Taxa Final no COMPRASNET – R\$ **xxxx** - Corresponderá a taxa de **xxxx**.

- O valor estimado do item 1 corresponde a Taxa de 0,30, e do item 2 corresponde a Taxa de 0,56%, não sendo aceitos lances superiores a essa Taxa para cada um dos itens.

DECLARAÇÃO

Esta Licitante declara estar de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital.

SEGURADORA

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice VII - Proposta de Preço - 02.06.2022
Data/Hora de Criação:	02/06/2022 20:28:16
Páginas do Documento:	1
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	2
Hash MD5:	1cfa0f4dbd597e721e66d0dea723c446
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 02/06/2022 às 17:34:30 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 06/06/2022 às 13:10:23 no horário oficial de Brasília.

CTLA.
MINISTÉRIO DA DEFESA
 COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

APÊNDICE X - PRINCIPAIS DESTINOS INTERNACIONAIS (MARÍTIMO)

DESTINO		CONTEINER
PAÍS	LOCALIDADES / PORTAS DE ENTRADA	TIPO
AFRICA DO SUL	CAPE TOWN	DRY
AFRICA DO SUL	DURBAN	DRY
AFRICA DO SUL	SIMONSTOWN	DRY
AFRICA DO SUL	PORT ELISABETH	DRY
AFRICA DO SUL	RICHARDS BAY	DRY
AFRICA DO SUL	PRETORIA	DRY
ARGENTINA	BUENOS AIRES	DRY
BÉLGICA	ANTUÉRPIA	DRY
CANADÁ	MONTREAL	DRY
CHINA	XANGAI	DRY
CINGAPURA	CINGAPURA	DRY
ESPANHA	LAS PALMAS	DRY
ESPANHA	SEVILLE	DRY
EUA	BALTIMORE	DRY
EUA	NEW YORK	DRY
EUA	NORFOLK	DRY
EUA	EVERGLADES	DRY
EUA	ST. PETERSBURG	DRY
EUA	LOS ANGELES	DRY
FRANÇA	LE-HAVRE	DRY
FRANÇA	MARSEILLE-FOS	DRY
FRANÇA	TOULON	DRY
HOLANDA	ROTTERDAN	DRY
HOLANDA	AMSTERDAM	DRY
ISRAEL	ASHDOD	DRY
ISRAEL	HAIFA	DRY
ITÁLIA	GENOVA	DRY
ITÁLIA	LIVORNO	DRY
INGLATERRA	TILBURY	DRY
INGLATERRA	MANCHESTER	DRY
INGLATERRA	PORTSMOUTH	DRY
INGLATERRA	PLYMOUTH	DRY
JAPÃO	TÓQUIO	DRY
JORDÂNIA	AQABA	DRY
LÍBANO	BEIRUTE	DRY
NAMÍBIA	WALVIS BAY	DRY
PORTUGAL	LISBOA/SINES	DRY
RÚSSIA	ST PETESBURGO	DRY
SUÉCIA	ESTOCOLMO	DRY
CHILE	PUNTA ARENAS	DRY
CAMARÕES	DOUALA	DRY

Apêndice VIII, do Termo de Referência nº XX/2022, do
CTLA.
MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

APÊNDICE X - PRINCIPAIS DESTINOS INTERNACIONAIS (AÉREO)

DESTINO	
CIDADE / PAÍS	AEROPORTO
WASHINGTON / EUA	IAD
ESPANHA	SQV / MAD
TEL AVIV / ISRAEL	TLV
LONDRES / REINO UNIDO	LHR
MILÃO / ITÁLIA	MXP
PARIS / FRANÇA	CDG
ALEMANHA	STR / HAM
ROMA / MALTA	FCO
ZURIQUE / SUÍÇA	ZRH

As tabelas acima ilustram os principais destinos internacionais praticados pelo CTLA nos últimos anos. Contudo, a referida contratação contemplará os mais diversos destinos internacionais, além dos já mencionados acima.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice VIII - Principais Destinos Internacionais
Data/Hora de Criação:	22/02/2022 15:30:58
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	3fab650c1ee5493e01606e7de48922e4
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:24:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 08/03/2022 às 15:32:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 08/03/2022 às 15:42:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:45:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 09/03/2022 às 09:00:10 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 09/03/2022 às 09:11:02 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de seguros, para cobertura dos riscos de transportes aos quais estão sujeitos os materiais e equipamentos da Força Aérea Brasileira ou aqueles sob a sua responsabilidade, quando em viagens para o exterior.

Os materiais envolvidos nos serviços, objeto deste Termo de Referência, e de acordo com o item acima, estão divididos nas seguintes categorias:

Item 1:

Materiais comuns, sendo em sua maioria:

- Suprimento de aviação;
- Componentes de aeronaves; e
- Equipamentos de apoio de solo;

Item 2:

- Materiais perigosos (tóxicos, inflamáveis, corrosivos, entre outros), conforme designação constante da Seção IV do Manual da IATA (INTERNATIONAL ASSOCIATION TRANSPORT AIR).

O Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica, tem como missão definida em Regimento Interno:

- Coordenar e controlar a atividade logística de transporte de material pelos modais aéreo, marítimo e terrestre (militar ou comercial) do Sistema do Correio Aéreo Nacional (SISCAN);
- Realizar o despacho aduaneiro de material através do Sistema de Comércio Exterior do Comando da Aeronáutica (SISCOMAER), visando apoio logístico das atividades de recebimento, triagem e movimentação de material proveniente do exterior ou para ele destinado após desembarço alfandegário.

Para a consecução de seu propósito, competem-lhe as seguintes tarefas:

- promover a importação de todo o material recebido do exterior consignado ao CTLA;
- promover a exportação de todo o material destinado ao exterior, sob a responsabilidade do CTLA;

Com base no que foi exposto anteriormente, depreende-se que o Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica é o responsável pelo transporte de cargas para o exterior sob sua responsabilidade, material este necessário a sustentação das atividades aéreas da FAB, seja na remessa de peças de reposição em atendimento de aeronaves fora do território nacional, seja na remessa de itens reparáveis para sofrerem revisão e reparo na sede de seus fabricantes, como é o caso de motores, hélices de aeronaves entre outros;

A interrupção da atividade de exportação de itens destinados ao exterior, por falta de seguro de carga, poderá acarretar sérios e irreversíveis prejuízos para a Força Aérea Brasileira, tendo em vista que o aludido serviço é

parte integrante e essencial do processo de logística destinado à remessa das mais variadas cargas de materiais, podendo causar paralização da frota de aeronaves e prejuízo a missão Institucional da FAB, além de inestimáveis prejuízos de ordem patrimonial e financeira.

Para que possa executar as referidas atividades, na remessa de peças de reposição em atendimento de aeronaves fora do território nacional e na remessa de itens reparáveis para sofrerem revisão e reparo na sede de seus fabricantes, faz-se necessário recorrer à contratação de empresa especializada na prestação do serviço de seguro de carga geral, já que a Força Aérea Brasileira não dispõe desse serviço.

Conclui-se, por esta razão, ser o serviço de seguro de carga geral, imprescindível para o normal funcionamento e manutenção das atividades desenvolvidas pelo Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica, podendo a sua interrupção ocasionar sérios e irreversíveis prejuízos para a Administração Pública, em situações de sinistros

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Despacho Aduaneiro	Marcelo Bagaglio Motta de Vasconcelos - 1º Ten QOESUP

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O presente estudo tem por objetivo a identificação da melhor solução para o serviço de Seguro de cargas em transporte Internacional realizado pelo Centro de Transporte Logístico da Aeronáutica - CTLA. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- As Apólices para o transporte internacional (exportação), deverão abranger todas as localidades no exterior, conforme Apêndice VIII do Termo de Referência.
- A CONTRATADA deverá possuir um Limite de Retenção de no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), devidamente homologado pela SUSEP.
- Os prêmios dos seguros serão pagos pelo CTLA dentro dos prazos estabelecidos na cláusula – Pagamento de Prêmio (nº 2.1 do item XI do Apêndice I);
- Os sinistros que porventura ocorrerem deverão ser liquidados pela CONTRATADA em um prazo de até 30 dias consecutivos, a partir da apresentação da totalidade dos documentos pertinentes ao evento, e de conformidade com o item “Pagamento de Sinistros” das respectivas apólices.
- Cada averbação será efetuada anteriormente ao embarque da carga, mediante comunicação à seguradora em formulário próprio, conforme modelo do Apêndice V, do Termo de Referência, por meio eletrônico ou físico.
- O valor da carga a ser segurada será informado pelo CTLA no momento em que for requisitado o serviço à empresa contratada.

A Contratada se obriga a manter o CTLA a salvo de todo e quaisquer ônus, riscos, prejuízos ou despesas decorrentes de eventuais danos ambientais ou autuações/sanções decorrentes do descumprimento das leis e normas que regulam o meio ambiente, seja perante órgãos ou entes de direito público, seja perante particulares ou entidades de natureza privada, reparando direta ou regressivamente todos os danos, prejuízos e/ou despesas causadas pela Contratada e, eventualmente, imputadas direta ou indiretamente ao CTLA.

5. Levantamento de Mercado

Solução 1: a emissão do seguro das cargas a serem exportadas são de responsabilidade das empresas contratadas para realizar o agenciamento de transporte Aéreo e marítimo internacional para este Centro.

Solução 2: Contração de empresa especializada na confecção de seguro das cargas, feito separadamente do processo de agenciamento de transporte Aéreo e marítimo internacional, realizado diretamente com as seguradoras.

6. Descrição da solução como um todo

Para que possa executar as referidas atividades, na remessa de peças de reposição em atendimento de aeronaves fora do território nacional e na remessa de itens reparáveis para sofrerem revisão e reparo na sede de seus fabricantes, faz-se necessário recorrer à contratação de empresa especializada na prestação do serviço de seguro de carga geral, já que a Força Aérea Brasileira não dispõe desse serviço.

Atualmente o modelo de contratação celebrado pela Marinha do Brasil, por meio do CDAM (Centro de Distribuição e Operações Aduaneiras da Marinha) trouxe àquele Centro taxas consideravelmente menores.

Sendo assim, a Solução 2 foi escolhida, pois além de garantir maior confiabilidade e transparência no serviço de seguros das cargas a serem transportadas, possibilita a obtenção de uma taxa única mais barata, haja vista que o tratamento se dará diretamente com empresas especializadas na execução do serviço.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Esta equipe de planejamento tomou por base, para a obtenção da demanda, o histórico de envios conforme tabela abaixo::

DEMANDA PREVISTA E QUANTIDADE A SER CONTRATADA						
VALORES DAS CARGAS TRANSPORTADAS EM 2018, 2019, 2020 e 2021						
ITEM	DESCRIÇÃO	PERÍODO				VALOR MÉDIO ESTIMADO DA CARGA
		2018	2019	2020	2021*	
01	Seguro de Carga Comum em transporte internacional	US\$ 29.765.745,17	US\$ 22.670.233,69	US\$ 21.050959,62	US\$ 6.780.144,25	US\$ 20.066.770,67
02	Seguro de Carga Perigosa em transporte Internacional	US\$ 10.535.612,42	US\$ 5.075.188,61	US\$ 1.798.292,57	US\$ 24.695,26	US\$ 4.358.447,21

*O ano de 2021 representou diferença dentre os demais em virtude do reflexo da crise na malha aérea no biênio 2020/2021 resultado da pandemia relacionada ao COVID-19.

O valor médio estimado para a carga foi baseado no histórico de valores de cargas exportados em contrato específico, no período de 2018 a 2021, levantados, de forma detalhada, pelo setor responsável (setor de exportação). Esses valores são lançados em planilha coletados das INVOICES enviadas por cada OM da FAB que solicita apoio para exportação de material.

Com isso, a taxa única a ser ofertada pela seguradora, em percentual (%) incidirá diretamente sobre o valor estimado de cada um dos itens mencionado acima, acrescido de cotação do dólar, definindo assim o valor máximo a ser contratado para cada item.

A carga Geral, na sua maioria, são componentes de aeronaves e sobressalentes a sofrem reparo no exterior. Pode ocorrer, também, a necessidade de enviar algum item novo com fito no atendimento emergencial de alguma aeronave.

A carga Perigosa, em sua maioria são:

- Componentes de aeronaves que contém algum tipo de resquício de produtos químicos em seu interior, a exemplo de motores, bobas de combustível, conjuntos de freios..., ou seja, componentes que possuem, mesmo após processo de expurgação, resíduos mínimos de óleos lubrificantes, combustíveis e afins, e que por este motivo são classificados como de natureza perigosa, pois, no risco de um eventual dano, podem causar algum tipo de contaminação na aeronave.
- Material bélico inerte.

Vale destacar que não houve histórico de envio de óleos, lubrificantes, combustíveis, bem como carga bélica ativa, dentro do período de estudo. Por esse motivo, foi viável a separação dos itens considerando a natureza das cargas e, como a Administração pública necessita vislumbrar cenários adversos, é necessário considerar esse tipo de transporte para um possível atendimento de aeronave no exterior.

Tomando-se por base os envios do ano de 2020, a média do valor da carga em um único processo de envio é de U\$ 282.743,86 que, aplicada a taxa cambial de 5,17 (conforme sítio do Banco Central no dia 16 de fevereiro de 2022), representa o montante de R\$ 1.461.785,76. Sendo assim, em atenção ao citado, faz-se necessário que a Contratada tenha condições mínimas de lidar com os custos relacionados aos impactos gerados, caso algum tipo de risco venha eventualmente se concretizar. Desta forma, a Contratada deverá possuir um Limite de Retenção de no mínimo R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), devidamente homologado pela SUSEP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado para contratação é o resultado da aplicação da taxa única, em percentual, ao valor aproximado das cargas a serem transportadas no item 1 e item 2, considerando a cotação do dólar. A taxa única de cada item será obtida por meio de pesquisa de mercado com 3 (três) fornecedores, conforme disposto na IN 73/2020, a fim de demonstrar o preço de mercado para esta contratação. Sendo assim, o valor estimado para o Contrato no período de 12 (doze) meses será de R\$ 415.423,40 (quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta centavos). A licitante vencedora será aquela que apresenta a menor taxa única, para prestação dos serviços especificados neste Termo de Referência, a qual não poderá ser superior a 0,30% (zero vírgula trinta por cento) para o item 1, e 0,56% (zero vírgula cinquenta e seis por cento) para o item 2, estabelecido pela Administração, por meio do mapa comparativo de preços.

ITEM	DESCRIÇÃO	DEMANDA MÉDIA ANUAL (US\$)	TAXA ÚNICA	TOTAL ESTIMADO R\$ (APLICADO A TAXA COMBIAL)
1	Seguro de Carga Comum em transporte internacional	US\$ 20.066.770,67	0,30	R\$ 295.583,53
2	Seguro de Carga Perigosa em transporte Internacional	US\$ 4.358.447,21	0,56	R\$ 119.839,86
VALOR TOTAL PARA CONTRATAÇÃO				R\$ 415.423,40

* Para o "Total" Foi utilizada cotação de taxa cambial no valor de 4,91 conforme sítio do Banco Central no dia 29 de abril de 2022.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação conterá 2 itens independentes relativos a natureza do material a ser assegurado quando do transporte internacional de cargas.

Considerando a execução do objeto em pauta, nota-se viável a divisão do serviço em itens independentes, visto que no caso em específico não acarretará prejuízo para o conjunto ou complexo da licitação, nem implicará na economia de escala, de modo que cada item cinge-se a certame autônomo, com julgamento independente, proporcionando assim maior competitividade. Ainda assim, essa modelagem implicará uma proporcionalidade econômica justa do que se pretende contratar, haja vista que no presente processo, os envios de materiais perigosos representam, em média, 2% (dois por cento) do total de envios realizados pelo CTLA no período de 1 (um) ano. Em síntese, será oferecida melhores propostas para a disputa dividida e, se por ventura, houver dificuldades quanto a obtenção de proposta para um dos itens, o cancelamento de um item não prejudica a adjudicação de outro.

O foco da presente contratação é um só: Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de Seguro de carga em transporte marítimo e aéreo, de material aeronáutico em âmbito internacional.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações relacionadas com a a solução encontrada para esta necessidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Figurando como parte da missão do CTLA realizar o despacho aduaneiro de exportação de material por meio do Sistema de Comércio Exterior da Aeronáutica (SISCOMAER) a atividade de transporte aéreo em âmbito internacional visa a manutenção da cadeia logística de materiais do Comando da Aeronáutica.

Vale destacar que a presente contratação não se trata de serviço "novo", mas sim de uma atividade que já vinha sendo executada por este CTLA, devido a sua necessidade, e será adaptado em um estilo de contratação específico, que será economicamente mais vantajoso para este Centro.

12. Resultados Pretendidos

O resultado pretendido com a presente contratação é a cobertura contra sinistros das cargas a serem transportadas, na remessa de materiais em atendimento às aeronaves em emergência por falta de peças no exterior e no envio de itens ;equipamentos para as oficinas reparadoras no exterior, mantendo a boa disponibilidade das aeronaves da FAB necessárias aos mais diversos empregos, enquadrando-se, assim, como atividade essencial à realização de uma das atividades fim do CTLA, que é o despacho aduaneiro de exportação e, consequentemente, garantindo a continuidade/viabilidade da execução dessas atividades.

13. Providências a serem Adotadas

A administração, após a finalização do processo de contratação, deverá realizar orientações com o(s) responsável(is) pela solicitação e fiscalização do serviço contratado, a fim de garantir que os serviços sejam prestados conforme solicitado, e em consonância com o estabelecido no Termo de Referência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A licitante vencedora deverá adotar as práticas de sustentabilidade, de acordo com o Guia Nacional de Sustentabilidade, elaborado pela AGU, visando a economia da manutenção e redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matérias para atmosfera, por emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2016, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar o níveis considerados aceitáveis pela NBR-10.151 - Avaliação de Ruído em Aéreas Habitadas visando o conformo da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

Nos termos do artigo 4º, parágrafo 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preço os custos correspondentes.

A Contratada se responsabiliza pelo cumprimento das leis e regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, devendo adotar, ainda, as medida e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa ser causado pelas atividades que desenvolve, ainda que Contratadas ou delegadas a terceiros.

Para os fins do presente processo, a expressão meio ambiente ou aquelas relativas à responsabilidade ambiental abrangem os demais temas regulados pelas normas a ela referentes tais como saúde pública, ordenamento urbano, patrimônio histórico/cultural e administração ambiental.

São de exclusiva responsabilidade da Contratada e seus representantes as sanções impostas pelas normas ambientais e por todos e quaisquer danos causados ao meio ambiente, decorrentes do exercício de suas atividades ou sinistro de qualquer natureza, especialmente em razão de defeitos, armazenamento ineficaz, utilização, conservação, manuseio ou disposição final dos bens, embalagens, produtos e equipamentos de sua propriedade ou que estejam sob sua posse em razão de empréstimo, locação ou outra forma negocial, ainda que transferidas a terceiros, estranhos a este contrato.

A responsabilidade ambiental da Contratada abrange todas as sanções e exigências contidas na lei nº 9.605/98 e outras leis ou atos normativos que tratam ou venham a tratar de matéria ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação demonstrou ser viável através desde estudo, pois a necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada. Todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão, além das quantidades de itens a contratar estarem coerentes com as demandas previstas. A escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada, e as estimativas preliminares dos preços do item a contratar foi feita e documentada adequadamente, além das despesas fixas após a implantação da solução que são consideradas aceitáveis.

Os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável. Há evidências de que a área requisitante se comprometeu com o planejamento preliminar da solução (elaboração dos estudos técnicos preliminares) e há expectativa de que apoiará a construção do Termo de Referência e apoiará o esforço de gestão do contrato.

16. Responsáveis

TCEL MARCUS RODRIGUES CABRAL

Chefe da Subdivisão de Desembaraço Alfandegário

1º TEN MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS

Chefe da Seção de Exportação do CTLA

1º TEN MARCUS PAULO VIEIRA BISPO

Chefe da Seção de Patrimônio do CTLA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico preliminar 02.06.2022
Data/Hora de Criação:	02/06/2022 20:27:23
Páginas do Documento:	7
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	8
Hash MD5:	668319b0bdfdf331024ce6dd05198273
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 02/06/2022 às 17:34:30 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 03/06/2022 às 09:15:54 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 06/06/2022 às 08:50:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 06/06/2022 às 13:10:23 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em conformidade com o inciso II do art.16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), as despesas contratuais em pauta, relativas ao Exercício de 2022, estão adequadas ao Programa de Trabalho Anual para o Exercício de 2022.

O Termo de Referência encontra-se vinculado ao presente Processo Administrativo de Gestão e, ainda, foi elaborado com base em todos os requisitos técnico-legais prescritos pela Lei nº 8.666/93 e demais legislações acessórias, assim como em consonância ao que preconiza a MCA 172-3, que dispõe sobre Execução Financeira e Patrimonial, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Outrossim, a aquisição pretendida não se refere à criação, expansão ou aperfeiçoamento da Ação Governamental que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Dessa forma, a despesa pretendida encontra-se adequada à LOA e à LDO, conforme classificação orçamentária abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/120105

Fonte: 0150120320

Programa de Trabalho: 168917

Elemento de Despesa: 339039

PI: MSA20LOG01

Rio de Janeiro, de fevereiro de 2022.

SANDRO BENEDET Cel Av
Ordenador de Despesas do CTLA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice X - Declaração de Recursos Orçamentários
Data/Hora de Criação:	22/02/2022 15:32:27
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	7ae682107095ee48c897a1b1e14c1c16
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:24:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 08/03/2022 às 15:32:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 08/03/2022 às 15:42:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCUS PAULO VIEIRA BISPO no dia 08/03/2022 às 15:45:39 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 09/03/2022 às 09:00:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 09/03/2022 às 09:11:03 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice XI- Instrumento de Medição de Resultado
Data/Hora de Criação:	05/05/2022 13:56:09
Páginas do Documento:	2
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	3
Hash MD5:	859f3010aa154b4d13ed49891a9b38b6
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 05/05/2022 às 11:07:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 05/05/2022 às 16:01:55 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 06/05/2022 às 07:58:27 no horário oficial de Brasília.

	(X) Grave - Índice de 6 a 10 () Muito Grave - Índice de 12 a 16 () Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares ao praticado no mercado ou com outras instituições	Equipe de Planejamento
2.	Elaborar Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência robustos que apresentem estudo compara	Equipe de Planejamento
3.	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.	Equipe de Planejamento
4.	Verificação do teor de impugnações e recursos em contratações similares	Equipe de Planejamento
5.	Observar as recomendações da área jurídica da Enap	Equipe de Planejamento
6.	Revisar os documentos que compõem o instrumento convocatório	Equipe de Planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório	Equipe de Planejamento
2.	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório	Equipe de Planejamento
3.	Ajuste e republicação do Edital	Equipe de Planejamento

RISCO 02 – LICITAÇÃO DESERTA OU FRACASSADA		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Remota - Escala 1 <input type="checkbox"/> Baixa - Escala 2 <input checked="" type="checkbox"/> Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> Pequeno - Escala 2 <input type="checkbox"/> Moderado - Escala 3 <input checked="" type="checkbox"/> Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 2	Dano: impossibilidade de contratação; retrabalho em função da necessidade de reavaliação dos critérios de contratação	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 12 <input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input checked="" type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Divulgar amplamente a licitação	CELOG
2.	Proceder ampla pesquisa de mercado para referenciar o preço	Equipe de Planejamento
3.	Convalidar a especificação técnica junto ao mercado	Equipe de Planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Republicar o edital	CELOG
2.	Ampliar a divulgação do edital, com convite direto às empresas que apresentaram orçamento na pesquisa de preços	CTLA

RISCO 03 – RECUSA DA VENCEDORA EM ASSINAR A ATA/CONTRATO		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Remota - Escala 1 <input checked="" type="checkbox"/> Baixa - Escala 2 <input type="checkbox"/> Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> Pequeno - Escala 2 <input type="checkbox"/> Moderado - Escala 3 <input checked="" type="checkbox"/> Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 3	Dano: impossibilidade de contratação; ausência do serviço para o CTLA	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 8 <input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input checked="" type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaborar Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos e Termo de Referência que apresentem estudo comparativo realizado e de forma a atender às reais necessidades de negócio e com preços e prazos factíveis para o mercado	Equipe de Planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Convocar a próxima empresa classificada para assumir o contrato	CELOG
2.	Abrir processo administrativo de apuração de irregularidade	CELOG

RISCO 04 – PROPOSTA DO PREGÃO COM VALOR SUPERIOR AO ESTIMADO

Probabilidade:	() Remota - Escala 1
	(X) Baixa - Escala 2
	() Possível - Escala 3
	() Alta - Escala 4
	() Muito Alta - Escala 5

Impacto:

- () Insignificante - Escala 1
- () Pequeno - Escala 2
- (X) Moderado - Escala 3
- () Grande - Escala 4
- () Catastrófico - Escala 5

Id.: 4	Dano: licitação fracassada
---------------	-----------------------------------

Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 6	
Faixa de risco:	() Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2
	(X) Pouco Grave - Índice de 3 a 5
	() Grave - Índice de 6 a 10
	() Muito Grave - Índice de 12 a 16
	() Extremamente Grave - Índice de 20 a 25

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Acompanhar as apresentações de propostas e analisar a planilha da licitante	CELOG
2.	Elaborar de forma precisa o valor de referência, por meio de consulta a uma ampla fonte de dados	Equipe de Planejamento

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Desclassificar empresa em caso de proposta acima do valor estimado	Pregoeiro
2.	Negociar valor com as licitantes	Pregoeiro

3.	Analisar a participação e disputa de lances do pregão e a viabilidade do melhor valor obtido em relação ao máximo valor aceitável	Pregoeiro
----	---	-----------

RISCO 05 – PROPOSTA DO PREGÃO COM VALOR MUITO INFERIOR AO DO MERCADO		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Remota - Escala 1 <input checked="" type="checkbox"/> Baixa - Escala 2 <input type="checkbox"/> Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> Pequeno - Escala 2 <input checked="" type="checkbox"/> Moderado - Escala 3 <input type="checkbox"/> Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 5	Dano: inviabiliza a continuidade do processo de contratação	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 6 <input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input checked="" type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Acompanhamento das apresentações de propostas. Verificar a planilha de custos da empresa e analisar o risco de falha na execução do contrato por oferecimento de preços inexequíveis	CTLA
2.	Solicitar ao licitante a confirmação do valor ofertado para fins de afastar a inexequibilidade	Pregoeiro
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Desclassificar empresa caso haja previsão no Termo de Referência	Pregoeiro

RISCO 06 – APRESENTAÇÃO DE RECURSO

Probabilidade:	() Remota - Escala 1
	() Baixa - Escala 2
	(X) Possível - Escala 3
	() Alta - Escala 4
	() Muito Alta - Escala 5

Impacto:

- ☐ Insignificante - Escala 1
- ☐ Pequeno - Escala 2
- ☒ Moderado - Escala 3
- ☐ Grande - Escala 4
- ☐ Catastrófico - Escala 5

Id.: 6	Dano: atraso na contratação
---------------	------------------------------------

	<p>Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 8</p> <p>() Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2</p> <p>Faixa de risco: () Pouco Grave - Índice de 3 a 5</p> <p>(X) Grave - Índice de 6 a 10</p> <p>() Muito Grave - Índice de 12 a 16</p> <p>() Extremamente Grave - Índice de 20 a 25</p>
--	---

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar adequada instrução processual	Equipe de Planejamento
2.	Realizar boa condução do certame	Pregoeiro

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reabrir o certame, com aproveitamento de todos os atos não comprometidos	Pregoeiro

Responsáveis da Equipe de Planejamento
<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>1T QOINT NTE MARCUS PAULO VIEIRA BISPO - CTLA - SARAM 6105050</p> <p>Responsável Administrativo</p>
<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>1T QOESUP MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS –CTLA-SARAM 3988082</p> <p>Chefe da Seção de Importação/Exportação do CTLA (Responsável Técnico)</p>
<p>(assinado eletronicamente)</p> <p>Maj QOESUP MARCUS RODRIGUES CABRAL CTLA - SARAM 3648486</p> <p>Chefe da Subdivisão de Desembaraço Alfandegário (Setor Requisitante)</p>

APROVO:

(assinado eletronicamente)

Sandro Benedet Cel QOAv

Diretor do CTLA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice XII – Mapa de Riscos do Termo de referência
Data/Hora de Criação:	05/05/2022 13:57:29
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	4a4a77afacbdba000649be17faa6f7d1c
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 05/05/2022 às 11:07:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 05/05/2022 às 15:59:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 05/05/2022 às 16:01:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 06/05/2022 às 07:58:27 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

MAPA DE RISCOS – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FASE DE ANÁLISE	
(X)	Pós Estudos Técnicos Preliminares
()	Pós elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico
()	Pós fase de Seleção do Fornecedor
()	Gestão do Contrato

RISCO 01 – Atraso ou demora na conclusão dos processos administrativo e jurídico de contratação	
Probabilidade:	() Remota - Escala 1 () Baixa - Escala 2 (X) Possível - Escala 3 () Alta - Escala 4 () Muito Alta - Escala 5
Impacto:	() Insignificante - Escala 1 () Pequeno - Escala 2 () Moderado - Escala 3 (X) Grande - Escala 4 () Catastrófico - Escala 5
Id.: 1	Dano: demora na disponibilização da solução para a cobertura das cargas no transporte internacional; não cumprimento dos prazos pré estabelecidos no cronograma da contratação
	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 12

Faixa de risco:	<input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input checked="" type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Acompanhamento e apoio junto às áreas requisitantes.	CELOG
2.	Definir cronograma preventivo de trabalho, prevendo prazo adequado para realização dos trabalhos preliminares	CELOG
3.	Controlar e adequar o cronograma preventivo de trabalho	CELOG
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Apoio temporário de militares/servidores do efetivo do CELOG na elaboração de documentos administrativos de instrução processual	CELOG
2.	Dedicação de mão de obra prioritária da Unidade Requisitante frente às demandas de rotina	CTLA

RISCO 02 – Falta de clareza quanto às demandas a serem solucionadas		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Remota - Escala 1 <input type="checkbox"/> Baixa - Escala 2 <input checked="" type="checkbox"/> Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> Pequeno - Escala 2 <input type="checkbox"/> Moderado - Escala 3 <input checked="" type="checkbox"/> Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 2	Dano: atraso na elaboração da contratação; solução não atender aos objetivos desejados	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 12 <input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input checked="" type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar Estudo Técnico Preliminar com acurácia	Equipe de Planejamento da Contratação
2.	Garantir a participação das partes interessadas no processo de contratação	CELOG
3.	Garantir que a Equipe de Planejamento seja composta por militares/servidores com conhecimento técnico suficiente para elaboração do Estudo Técnico Preliminar	CTLA
Id	Ação de Contingência	Responsável

1.	Ampliar a participação de membros técnicos especializados na Equipe de Planejamento da Contratação	CTLA
2.	Caso não haja pessoal qualificado no COMAER que possa participar da instrução do referido estudo preliminar, contratar assessoria ou consultoria técnica especializada	CTLA

RISCO 03 – não realizar ampla pesquisa de mercado durante o estudo técnico preliminar da contratação		
Probabilidade:	<input type="radio"/> Remota - Escala 1 <input checked="" type="radio"/> Baixa - Escala 2 <input type="radio"/> Possível - Escala 3 <input type="radio"/> Alta - Escala 4 <input type="radio"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="radio"/> Insignificante - Escala 1 <input type="radio"/> Pequeno - Escala 2 <input type="radio"/> Moderado - Escala 3 <input checked="" type="radio"/> Grande - Escala 4 <input type="radio"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 3	Dano: falta de benchmarking (processo de busca das melhores práticas de gestão da entidade numa determinada indústria); estudo de apenas uma solução de mercado; solução não atender aos resultados pretendidos (de negócio ou técnicos); fragilidade na justificativa da contratação	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 8 <input type="radio"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="radio"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input checked="" type="radio"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input type="radio"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="radio"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar estudo comparativo entre várias soluções de suporte de GroundHandling	Equipe de Planejamento
2.	Apresentar estudo para todas as partes interessadas para checar o alinhamento do estudo quanto às expectativas do Órgão.	Equipe de Planejamento
3.	Buscar ampliar tanto quanto for possível a pesquisa de mercado	Equipe de Planejamento

4.	Buscar informações junto à Associação que reúne os prestadores de serviço aeroportuário sobre os modelos possíveis de serviço usuais de mercado	Equipe de Planejamento
5.	Elaborar Estudo Técnico Preliminar robusto, que apresente estudo comparativo realizado	Equipe de planejamento e Comitê de Governança Digital
6.	Efetuar levantamento de contratações similares feitas por outros órgãos, ou até mesmo do próprio Órgão e sítios da internet, de modo a buscar o maior número possível de fontes	Equipe de Planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Determinar a revisão da Pesquisa de Mercado para elaboração de Estudo Técnico Preliminar com as informações suficientes para deliberação sobre a melhor solução de mercado	CELOG

RISCO 04 – não aprovação do Termo de Referência		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Remota - Escala 1 <input type="checkbox"/> Baixa - Escala 2 <input type="checkbox"/> Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> Pequeno - Escala 2 <input type="checkbox"/> Moderado - Escala 3 <input checked="" type="checkbox"/> Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 4	Dano: inviabiliza a continuidade do processo de contratação	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 4 <input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input checked="" type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaboração dos documentos necessários à instrução processual de acordo com os modelos disponibilizados pela UGEXEC, compatíveis com os modelos da CJU, em estrita observância ao disposto no Guia Prático de Contratação do CELOG e Manual de Contratações do COMAER	Equipe de Planejamento
2.	Buscar assessoramento junto à Seção de Controle Interno da OM Requisitante e Assessoria de Instrução Processual do CELOG no decorrer dos trabalhos de elaboração do Termo de Referência	Equipe de Planejamento

3.	Motivar nos documentos de instrução adequadamente e fazer constar as justificativas para os requisitos potencialmente restritivos exigidos no Termo de Referência	Equipe de Planejamento
4.	Monitorar a instrução processual em tempo real, por intermédio de plataforma de edição conjunta, para antecipar surgimento de entraves e assessorar tempestivamente o requerente	CELOG
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Determinar reunião entre a Equipe de Planejamento, partes interessadas e Agentes de Controle Interno do Requerente e UGEXEC para esclarecimento dos requisitos que inviabilizam a aprovação do Termo de Referência	CELOG
2.	Análise e adequação no Termo de Referência para aprovação dentro dos parâmetros adequados	Equipe de Planejamento

RISCO 05 – indisponibilidade orçamentária frente a valores orçados nos primeiros levantamentos de mercado		
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Remota - Escala 1 <input type="checkbox"/> () Baixa - Escala 2 <input type="checkbox"/> () Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> () Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> () Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> () Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> () Pequeno - Escala 2 <input type="checkbox"/> () Moderado - Escala 3 <input checked="" type="checkbox"/> (X) Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> () Catastrófico - Escala 5	
Id.: 5	Dano: inviabiliza a continuidade do processo de contratação	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 4 <input type="checkbox"/> () Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input checked="" type="checkbox"/> (X) Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input type="checkbox"/> () Grave - Índice de 6 a 10 <input type="checkbox"/> () Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> () Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Oficiar o Agente responsável pela Ação Orçamentária para reservar dotação orçamentária suficiente para a contratação	CTLA
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realizar gestões junto ao Agente responsável pela Ação Orçamentária para garantir a dotação orçamentária necessária	CTLA
2.	Realizar gestões junto ao EMAER para disponibilização da dotação orçamentária necessária para a contratação	CELOG

RISCO 06 – falhas ou erros na especificação técnica		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Remota - Escala 1 <input checked="" type="checkbox"/> Baixa - Escala 2 <input type="checkbox"/> Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> Pequeno - Escala 2 <input type="checkbox"/> Moderado - Escala 3 <input checked="" type="checkbox"/> Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 6	Dano: comprometimento parcial ou total da finalidade da contratação	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 8 <input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input checked="" type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Consultar contratações similares para elaborar o Estudo Técnico Preliminar	Equipe de Planejamento
2.	Consultar fornecedores durante a elaboração do Estudo Técnico Preliminar	Equipe de Planejamento
3.	Realizar revisão crítica do Estudo Técnico Preliminar	Equipe de Planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Corrigir a especificação técnica	Equipe de Planejamento
2.	Cancelar ou revogar a licitação	CELOG

RISCO 07 – existência de outras demandas prioritárias de contratações		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Remota - Escala 1 <input type="checkbox"/> Baixa - Escala 2 <input checked="" type="checkbox"/> Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> Pequeno - Escala 2 <input checked="" type="checkbox"/> Moderado - Escala 3 <input type="checkbox"/> Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 7	Dano: atraso na efetivação da contratação ou não contratação	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 9 <input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input checked="" type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Sensibilizar a alta administração da OM Requisitante e demais OMs envolvidas sobre a importância e necessidade da contratação	CELOG
2.	Definir o cronograma de trabalho com todos os responsáveis envolvidos	CELOG
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Repriorizar atividades	CTLA/CELOG

RISCO 08 – pesquisas de mercado insuficientes ou com problemas		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Remota - Escala 1 <input type="checkbox"/> Baixa - Escala 2 <input checked="" type="checkbox"/> Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> Pequeno - Escala 2 <input checked="" type="checkbox"/> Moderado - Escala 3 <input type="checkbox"/> Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 8	Dano: possibilidade de sobrepreço, fracasso da licitação ou licitação deserta	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 9 <input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input checked="" type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Seguir os normativos vigentes aplicáveis à pesquisa de mercado	Equipe de Planejamento
2.	Realizar ampla pesquisa de preço	Equipe de Planejamento
3.	Manter a pesquisa de mercado atualizada	Equipe de Planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Realizar ou revalidar a pesquisa de mercado	Equipe de Planejamento
2.	Cancelar ou revogar a licitação e republicar o edital após realização/atualização da pesquisa	CELOG

	de mercado	
--	------------	--

RISCO 09 – estabelecimento de requisitos não alinhados à real necessidade da contratação		
Probabilidade:	<input type="radio"/> Remota - Escala 1 <input checked="" type="radio"/> Baixa - Escala 2 <input type="radio"/> Possível - Escala 3 <input type="radio"/> Alta - Escala 4 <input type="radio"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="radio"/> Insignificante - Escala 1 <input type="radio"/> Pequeno - Escala 2 <input checked="" type="radio"/> Moderado - Escala 3 <input type="radio"/> Grande - Escala 4 <input type="radio"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 9	Dano: possibilidade de questionamento por parte dos interessados; não atendimento às necessidades de negócio; atraso na contratação	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 6 <input type="radio"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="radio"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input checked="" type="radio"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input type="radio"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="radio"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Envolver os requisitantes integrantes em todas as etapas da contratação	Equipe de Planejamento
2.	Justificar os requisitos definidos no Estudo Técnico Preliminar, tendo como base o princípio da motivação	Equipe de Planejamento
3.	Definir todos os requisitos relevantes para o atendimento à necessidade da contratação, de forma que seja possível aferir, com a maior exatidão possível, os preços e os prazos inerentes à contratação	Equipe de Planejamento

4.	Exigir somente os requisitos indispensáveis para o alcance dos benefícios pretendidos, a fim de maximizar a competitividade	Equipe de Planejamento
5.	Solicitar requisitos de negócio que estejam efetivamente validados com as áreas finalísticas	Equipe de Planejamento
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Reanalisar os requisitos da contratação exigidos e readequar o Termo de Referência de acordo com a necessidade da Administração	Equipe de Planejamento

RISCO 10 – estabelecimento de prazo inexecuível para implantação da solução		
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Remota - Escala 1 <input type="checkbox"/> Baixa - Escala 2 <input checked="" type="checkbox"/> Possível - Escala 3 <input type="checkbox"/> Alta - Escala 4 <input type="checkbox"/> Muito Alta - Escala 5	
Impacto:	<input type="checkbox"/> Insignificante - Escala 1 <input type="checkbox"/> Pequeno - Escala 2 <input checked="" type="checkbox"/> Moderado - Escala 3 <input type="checkbox"/> Grande - Escala 4 <input type="checkbox"/> Catastrófico - Escala 5	
Id.: 10	Dano: consecução da contratação fora do prazo necessário	
Faixa de risco:	Índice de Risco (Probabilidade x Impacto): 9 <input type="checkbox"/> Sem Gravidade - Índice entre 1 e 2 <input type="checkbox"/> Pouco Grave - Índice de 3 a 5 <input checked="" type="checkbox"/> Grave - Índice de 6 a 10 <input type="checkbox"/> Muito Grave - Índice de 12 a 16 <input type="checkbox"/> Extremamente Grave - Índice de 20 a 25	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Buscar antecipar instrução de documentos de fase subsequente, no que for possível	Equipe de Planejamento
2.	Estabelecer vigência de contrato/ata considerando eventual necessidade de remanejamento de prazos devido a atrasos	Equipe de Planejamento
3.	Cientificar as partes interessadas da possibilidade de extrapolação do prazo ideal de contratação	Equipe de Planejamento
4.	Realizar gestões junto às OMs/Setores envolvidos para garantir priorização no trâmite afeto à contratação	CELOG

5.	Antecipar a realização de conferência e assessoramento de toda documentação de instrução à medida em que são disponibilizados pela Equipe de Planejamento	CELOG
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Readequar o cronograma de atividades e avaliar possível readequação de prazo para a contratação alinhado com as contratações interdependentes	CELOG

Responsáveis da Equipe de Planejamento

(assinado eletronicamente)

NTE MARCUS PAULO VIEIRA BISPO 1T QOINT - CTLA - SARAM 6105050

Responsável Administrativo

(assinado eletronicamente)

MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS 1T QOESUP – CTLA-SARAM
3988082

Chefe da Seção de Importação/Exportação do CTLA (Responsável Técnico)

(assinado eletronicamente)

MARCUS RODRIGUES CABRAL Maj QOESUP - CTLA - SARAM 3648486

Chefe da Subdivisão de Desembaraço Alfandegário (Setor Requisitante)

(assinado eletronicamente)

APROVO:

(assinado eletronicamente)

Sandro Benedet Cel QOAv

Diretor do CTLA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Apêndice XIII – Mapa de Riscos do Estudo Técnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	05/05/2022 13:57:59
Páginas do Documento:	18
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	19
Hash MD5:	bd9cad5cb5f23a7d10802033758dd4d5
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten MARCELO BAGAGLIO MOTTA DE VASCONCELOS no dia 05/05/2022 às 11:07:20 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel MARCUS RODRIGUES CABRAL no dia 05/05/2022 às 15:59:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap FRANKLIN DA CUNHA E SILVA no dia 05/05/2022 às 16:01:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SANDRO BENEDET no dia 06/05/2022 às 07:58:27 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo I ao Edital - TR e anexos
Data/Hora de Criação:	13/06/2022 17:49:59
Páginas do Documento:	140
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	141
Hash MD5:	623a27d303fcfc17d91d2e703ef356d7
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major ANDRE BENJAMIN DE SOUZA SOARES no dia 13/06/2022 às 14:55:39 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel MARCONI BENTES MANGABEIRA ROCHA JUNIOR no dia 13/06/2022 às 16:41:04 no horário oficial de Brasília.